

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**SÉRGIO MINUZZI TESSUTO**

**FORMAÇÃO E CONDUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS:  
DA REVOLUÇÃO À GUERRA DE SECESSÃO (1776 – 1865)**

**Porto Alegre**

**2018**

**SÉRGIO MINUZZI TESSUTO**

**FORMAÇÃO E CONDUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS:  
DA REVOLUÇÃO À GUERRA DE SECESSÃO (1776-1865)**

Trabalho de conclusão submetido ao curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito para parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Andrés  
Ernesto Ferrari Haines

**Porto Alegre  
2018**

**SÉRGIO MINUZZI TESSUTO**

**FORMAÇÃO E CONDUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS:  
DA REVOLUÇÃO À GUERRA DE SECESSÃO (1776-1865)**

Trabalho de conclusão submetido ao curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito para parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 25 de Junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Adnés Ernesto Haines Ferrari – Orientador

UFRGS

---

Prof. Dr. Carlos Schonerwald

UFRGS

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sônia Maria Ranincheski

UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a meus pais Hanaí e Sérgio. Desde a infância garantiram a mim toda a estrutura para que eu atingisse meus objetivos pessoais e profissionais. Sem vocês não seria a pessoa que sou hoje. O alicerce da minha formação diz respeito aos esforços que vocês dois desde sempre ofereceram a mim. Agradeço também a meus irmãos João Pedro e Rodrigo. Como irmão mais velho, sinto-me na obrigação de me apresentar como um exemplo para vocês dois. Estendo o agradecimento a minha tia Lorena, segunda mãe, que desde pequeno me proporcionou muito amor para fazer a minha vida muito menos complicada em tempos de dificuldades. Agradeço também a primos e tios que sempre depositaram confiança em mim. Por fim, um agradecimento especial àqueles entes queridos que, de um outro plano, acompanham a minha caminhada.

Agradeço também à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professores, funcionários, alunos e sociedade. O intercâmbio cultural e o ambiente heterogêneo da universidade moldaram a maneira como enxergo o mundo e inseriu a mim um sentimento de empatia que levarei para o resto da minha vida. Além disso, graças a UFRGS tive o privilégio de, através dos projetos de extensão, entender o que significa ser universitário e o nosso dever para com a sociedade que, penosamente, paga pelos nossos estudos. Estendo, dessa forma, meu agradecimento a cada um dos alunos do BIS e do Mundi. Aprendi tanto com vocês que é difícil mensurar. Por fim, a UFRGS me permitiu conhecer pessoas que acompanharão meu caminho para a vida. Irmãos de luta que traçaram suas histórias junto a minha, as nossas tardes, debates, risadas e choros estarão sempre guardados em mim. Para tanto, gostaria de fazer um agradecimento especial a algumas dessas pessoas que nos momentos de estresse emocional tornaram a situação menos complexa. Henrique, Lauro e meus colegas de formatura, Murillo e Raíssa, muito obrigado pelo apoio. Estendo também o meu agradecimento ao Murilo, que não é um filho da UFRGS, mas é um irmão de luta que sempre disposto a aconselhar, não poderia deixar de ser citado.

Agradeço, por fim, à Gerência de Relações Internacionais da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. Em especial, direciono meu agradecimento à minha equipe de Inteligência Comercial Internacional. Trabalhar com vocês é uma honra e um prazer. Obrigado por serem empáticos ao estresse do fim da faculdade.

*“To be prepared for war is one of the most  
effective means of preserving peace.”*

(George Washington)

*“Commerce with all nations, alliance with none,  
should be our motto.”*

(Thomas Jefferson)

## RESUMO

Objetiva-se, através desse estudo, analisar como a Formação e Condução política dos Estados Unidos, desde a Revolução de Independência (1776) foi um condicionante para a desestabilização interna que deflagrou a Guerra Civil (1861-1865). Para a realização desta tarefa se foram analisados documentos e fontes primárias e a revisão da bibliografia historiográfica e conceitual sobre a política externa dos Estados Unidos focalizada na formação e condução da sua política externa, focalizando o entendimento das justificativas da anexação territorial. O trabalho, está dividido em três seções históricas. A primeira diz respeito ao período que se estende da Revolução Americana até a consolidação da soberania territorial e securitária que materializou a formação da política externa autônoma dos Estados Unidos. Em seguida, tendo como ponto de transição a diluição do *Tratado de Aliança Perpétua* assinado com a França durante a Revolução. A partir deste momento, a jovem república se insere como um ator relevante no sistema internacional de modo a, através da diplomacia e da guerra, conquistar territórios-chave para o seu desenvolvimento. A segunda seção do presente estudo, visa a apresentar a condução da política externa dos Estados Unidos nesse período que se estende entre 1801 e 1837. Os condicionantes da sua expansão geraram contradições inerentes à própria União, resultando, em última instância a uma Guerra Civil, conforme explica a terceira seção do trabalho. Esta é tida como materialismo teórico na imposição do modo capitalista em detrimento da contradição enfrentada com o escravagismo sulista. Uma vez instituída a república capitalista moderna, com integridade territorial assegurada, os Estados Unidos passam a se projetar como potência imperial.

**Palavras-chave:** Política externa dos Estados Unidos, Revolução Americana, Destino Manifesto, Doutrina Monroe, Guerra-Civil.

## ABSTRACT

The current study objectifies to analyze how the formation and driving of politics in the United States, from Revolution of Independence (1776), is strongly related to the destabilization that led to the Civil War (1861-1865). For the fulfillment of this task there has been the analysis of documents and primary sources and the review of historical and conceptual bibliography related to the foreign policy of the United States, focused on the understanding of the justifications for territorial annexation. This work has been divided within three historical sections. The first one is about the period of time which extends from the American Revolution until the setting of territorial and security sovereignty that have materialized the formation of an autonomous foreign policy. The transition to the second one is the dilution of the *Treaty of Perpetual Alliance* signed with France during the Revolution. From that moment on, the young Republic is inserted into the international system as a relevant actor, possessing ever more territories, essential to their development, through diplomacy and war. So the second section of the current study presents the driving of American foreign policy in the period of time which extends between 1801 and 1837. The constraints of territorial expansion have generated contradictions within the Union itself, resulting, ultimately, in the Civil War, according to the third section of this work. This war has been guided by theoretical materialism in the imposition of capitalism to the detriment of the contradiction faced by Southern slavery. Once institutionalized, the modern capitalist Republic, with its territorial integrity assured, the United States start to project themselves as an imperial power.

**Key-words:** United States foreign policy, American Revolution, Manifest Destiny, Monroe Doctrine, Civil War.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1. Questionamento e Referencial Teórico.....	1
<b>2. FORMAÇÃO.....</b>	<b>6</b>
2.2. A Revolução Americana: precedentes, consequências e política externa (1776 - 1783).....	6
2.3. Os primeiros anos da república - Congresso como autoridade política e gestões Washington e Adams: a busca pela soberania nacional e projeção internacional (1783 - 1801).....	15
2.4. Conclusões Parciais.....	25
<b>3. CONDUÇÃO.....</b>	<b>28</b>
3.1. O ideal republicano nas conquistas territoriais (1801-1815).....	28
3.2. Doutrina Monroe e Destino Manifesto (1815-1837).....	36
3.3. Conclusões Parciais.....	45
<b>4. DESUNIÃO: O CAMINHO PARA PROJEÇÃO IMPERIAL.....</b>	<b>46</b>
4.1. A Guerra contra o México: escravidão e expansão como contradição na política doméstica dos Estados Unidos (1837-1861).....	46
4.2. Guerra-civil: diplomacia do conflito e imposição do sistema capitalista (1861 – 1865).....	55
4.3. Conclusões Parciais.....	60
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO.....</b>	<b>62</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>67</b>

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. Questionamento da Pesquisa e Referencial Teórico

A história dos Estados Unidos está intimamente ligada à história das Relações Internacionais da Europa. Com a instituição do sistema capitalista ao fim do século XVI, a necessidade de expansão território e acumulação de capital fez com que as grandes potências europeias se aventurassem aos mares entre os séculos XVI e XVII, colonizando territórios na América. A primazia de Portugal e Espanha decorre de suas revoluções nacionais nos séculos XIV e XV. A afinidade com a autoridade papal garantiu institucionalmente uma divisão do mundo entre os dois países ibéricos que chegaram à América no início do século XVI. A Inglaterra chegou a América apenas no século XVII, tendo a primeira colônia sido fundada pelos ingleses em Jamestown, na baía da Virgínia, no ano de 1607. No entanto, em pouco tempo desenvolveu colônias autossuficientes que floresceram a ponto de, no final do século XVIII, imbuídas de um forte sentimento liberal, rebelarem-se contra o sistema colonial e, juntas, se tornarem a primeira república do mundo, através de uma Guerra de Independência que durou de 1775 a 1783. Esse sentimento liberal e revolucionário foi extremamente presente na tomada de decisão e permeou a formação da política externa dos Estados Unidos e a sua condução através dos séculos. No que tange à política externa da jovem república, é possível estabelecer uma relação entre a sua historiografia e o pensamento revolucionário liberal, influenciando a história e aflorando um sentimento nacionalista de *excepcionalismo* e *universalismo*.

De pronto, era necessário que os Estados Unidos, inseridos no sistema internacional cujas principais potências eram monarquias, garantisse o sucesso da sua Revolução e mantivesse a sua estrutura institucional livre de influências externas, pautando a sua diplomacia em parcerias comerciais através de preceitos liberais e acordos com as potências metropolitanas que afirmassem a sua segurança nacional.

Em um cenário de depressão econômica e reestruturação de uma jovem nação assolada pela guerra de independência, os Estados Unidos estavam politicamente organizados na figura central da Congresso. Não obstante, era claro para a jovem república que, para que os seus grandes objetivos de estender a revolução aos povos e livrar o mundo da *tiranía* monárquica, bem como garantir a integridade territorial e a liberdade política conquistada na guerra, dever-

se-ia organizar um gabinete executivo forte e soberano para liderar o desenvolvimento da jovem república.

George Washington e John Adams foram os dois primeiros presidentes dos Estados Unidos. Entre 1789 e 1801, ambos implementaram uma diplomacia que buscasse atingir aos objetivos supracitados. No entanto, entre problemas domésticos e limite de atuação internacional, os Estados Unidos, durante o período, utilizou-se favoravelmente da situação política com a Europa para garantir a sua autonomia no sistema internacional. Tendo como marco para essa mudança a Convenção de Paris de 1800. Na ocasião, os Estados Unidos e a França diluíram o *Tratado de Aliança Perpétua*, assinada durante a revolução para a assistência da potência europeia à causa americana. Em última instância, na virada do século, os Estados Unidos se encontravam domesticamente estáveis e institucionalmente autônomos na sua atuação internacional.

Passadas as primeiras décadas da independência, os Estados Unidos estabilizavam a coesão política interna e passavam a ter liberdade de ação na política externa. Nesse momento, os ideais revolucionários de liberalismo foram extremamente relevantes. Membros da aristocracia agrária, Thomas Jefferson (1801-1809) e James Madison (1809-1817) começaram a implementar a política de anexação territorial. Ademais do sentimento de *excepcionalismo* e *universalismo* da instituição liberal conquistada com a Revolução, a demanda por terras agricultáveis para alavancar a produção nacional e abertura de mercados para o escoamento dessas mercadorias através de tratados comerciais justos foram os marcos desse período. Se, por um lado, as conquistas políticas assimiladas por ambos foram extremamente favoráveis ao desenvolvimento do país nas décadas subsequentes, foi também nesse período que as contradições da política externa e as instituições domésticas começaram a pesar.

No entanto, é a partir das gestões de James Monroe (1817-1825), John Quincy Adams (1825-1829) e Andrew Jackson (1829-1837) que se pode claramente traçar um paralelo entre as contradições internas e a condução da política externa dos Estados Unidos no período. A partir da eleição de James Monroe e até o final do mandato de Andrew Jackson, os Estados Unidos vivenciaram um período de formidável prosperidade econômica e avanços políticos. A população dobrou, a agricultura floresceu e produção manufatureira se consolidou. Se, por um lado, o desenvolvimento aflorava o sentimento *excepcionalista* estadunidense, por outro se exigia de parte dos governantes uma incessante busca por mercado, terras agricultáveis e conquistas geoestratégicas para manutenção da segurança nacional.

No cenário internacional, também nesse momento, os jovens Estados latinos experimentaram suas próprias revoluções nacionais, trazendo oportunidades e ameaças à segurança nacional de Washington. As oportunidades decorriam da abertura de novos mercados e, em última instância, o *universalismo* das instituições liberais estadunidenses. No entanto, estabelecia-se uma atmosfera de incertezas em relação ao comportamento europeu para com a independência dos Estados latinos. Temendo intervenções europeias que dificultassem o exercício da influência estadunidense na região, James Monroe, em 1823, fez o discurso que ficaria conhecido como Doutrina Monroe. Em suma, apresentava ao mundo a ideia de que os Estados Unidos teriam primazia sobre o hemisfério ocidental e entenderiam a presença estrangeira na região como uma afronta direta a Washington.

Paradoxalmente, a anexação territorial e a admissão de novos Estados na União durante o período foi o cerne da desestabilidade corrente que em última instância culminou na Guerra de Secessão. O debate interno acerca da escravidão era constante. A Inglaterra era a vanguarda nacional no movimento contrário a essa mancha da história da humanidade. No entanto, domesticamente, os Estados Unidos entendiam a escravidão como uma instituição inerente à soberania de cada estado, tratando o assunto com delicadeza. Essa situação exigia uma arquitetura política meticulosa. Desse modo, a cada nova admissão à União, esforçava-se para que a configuração do Congresso permitisse um equilíbrio que permitisse ao país avançar nas questões pertinentes, sem que a escravidão fosse debatida.

Se por um lado a política de concessões permitiu que o país avançasse o desenvolvimento, deixando de lado a questão abolicionista, o período que se estende das gestões Martin Van Buren (1837-1841) e Abrahan Lincoln (1861-1865) demonstra as consequências estruturais dessa prática. A anexação de territórios se intensificou, assim como a influência dos Estados Unidos na América Latina. É durante esse período que surge o conceito de Destino Manifesto. Amplamente difundido por entre aqueles adeptos à anexação territorial, este dogma foi utilizado em última instância como uma justificativa para o espólio de áreas que interessavam econômica e geopoliticamente ao país. O conceito é o apogeu do ideal de *universalismo* e *excepcionalismo* com uma forte essência racista. Deus estaria ao lado da América e os seus cidadãos, vivendo em uma sociedade mais desenvolvida teriam a primazia de avançar suas fronteiras e conquistar as terras que não eram propriamente utilizadas por populações inferiores.

A despeito do Destino Manifesto trazer o pretexto perfeito para institucionalizar a prática em questão, o desequilíbrio entre estados livres e escravocratas criou uma atmosfera

doméstica instável. Dois sistemas produtivos – um baseado na mão-de-obra escravocrata e outro na mão-de-obra livre – contrários entre si geraram um desequilíbrio decisivo na política doméstica americana que só pode ser resolvido através da Guerra Civil. No lado do Sulistas, estados agrários e escravocratas, a guerra era a chance de, através da Confederação, consolidar o sistema escravocrata em um país independente. Para a União, era a última chance de manter a república unida. A Guerra Civil, foi, portanto, a última chance de criar uma identidade nacional para os Estados Unidos.

O problema de pesquisa do presente trabalho visa justamente a responder a indagação se a **formação e condução da política externa dos Estados Unidos foi um condicionante para a Guerra de Secessão**. A hipótese inicial é de que há uma relação causal entre a Guerra de Secessão e a política externa dos Estados Unidos. Para explicar a questão se utilizou como referencial teórico bibliografia específica sobre a historiografia da política externa dos Estados Unidos, bem como autores que explicam o cenário histórico do recorte temporal explorado. Para fortalecer a argumentação, utilizou-se, por fim, fontes primárias materializadas nos eloquentes discursos dos políticos estadunidenses do período. Objetiva-se, portanto, explicar através de revisão bibliográfica que a formação da política externa dos Estados Unidos foi *de facto* condicionante para a Guerra Civil.

O trabalho está dividido em três capítulos conforme historiografia proposta por Herring (2008). O primeiro capítulo, denominado pelo autor como **Formação**, diz respeito à formação da política externa dos Estados Unidos. O recorte temporal diz respeito, primeiramente ao panorama histórico em que se estava inserido os Estados Unidos durante a Guerra de Independência, as principais influências dos revolucionários e a formação da política externa da jovem república. A seguir, busca-se explorar os principais objetivos da república liberal na sua inserção internacional. Notadamente, as questões comerciais para vencer a crise econômica que se estabeleceu no período pós-guerra e as questões securitárias de fronteiras paralelas à formalização das instituições de uma república moderna são as metas dos Estados Unidos no período. A seção é fechada quando o país alcança autonomia para a sua atuação política no cenário internacional. Conforme supracitado, a gestão de John Adams é o marco para transição desse período através da Convenção de Paris de 1800.

O segundo capítulo, chamado no trabalho de **Condução**, explora as gestões de Jefferson, Madison, Monroe, Adams e Jackson. Esse período apresenta o início da política de anexação territorial em vias de garantir acesso a novas terras agricultáveis e a conquista de pontos geoestratégicos para o desenvolvimento econômico e manutenção da segurança

nacional. Durante esse período as primeiras contradições internas entre as instituições do Norte e do Sul começaram a aflorar. Paralelamente, objetiva-se explicar nesta seção a relação direta entre as revoluções latinas e as pretensões imperiais dos Estados Unidos através da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto. O recorte temporal desta seção é encerrado no final da gestão de Andrew Jackson, quando se instaurou um mal-estar diplomático entre os Estados Unidos e a jovem república mexicana que, em última instância, culminará com uma Guerra entre os dois países e a ocupação do território mexicano por parte do exército estadunidense.

O último capítulo, denominado **Desunião: o caminho para a projeção imperial**, diz respeito à condução da política externa do país através do Destino Manifesto. O capítulo objetiva explicar como o conceito esteve presente enquanto justificava das ações de James Polk (1845-1849) para a aquisição dos territórios estratégicos do Oregon junto à Grã-Bretanha e do Texas junto ao México, bem como a consequência dessa política que culminaria com uma desgastante guerra junto à república mexicana. As duras críticas às ações dos Estados Unidos que, em última instância, garantiu a aquisição de vastos territórios mexicanos, advindas de grupos internos e externos, floresceram a polarização do debate interno acerca da escravidão no território dos Estados Unidos. A política de concessões, uma espécie de barganha que visava ao equilíbrio entre estados livres e escravocratas no Congresso nacional, mostrava o seu esgotamento e, para que se mantivesse o sistema produtivo dos estados do Sul, foi necessário que estes se confederassem. Objetiva-se nesse parágrafo, apresentar de maneira clara como a Guerra Civil dos Estados Unidos foi a materialização da contradição entre o sistema capitalista do Norte e o sistema escravocrata do Sul na busca pela identidade nacional do desenvolvimento do país na sequência de sua história.

A justificativa da presente pesquisa decorre da complementariedade entre a história da Política Externa dos Estados Unidos e a conclusão já apresentada por autores como Kennedy (1991), Pecequillo (2003) e Hobsbawn (1988) acerca da Guerra Civil dos Estados Unidos como ponto chave na formação nacional dos Estados Unidos. Busca-se, portanto, conectar os três períodos recortados na obra de Herring (2008) - formação, condução e os condicionantes da desunião - de modo a explicar como os condicionantes de cada período conversam com as conclusões já abordadas acerca da imposição do capitalismo nortista frente ao sistema escravocrata dos Confederados como última grande chance de salvar a integridade territorial e institucional da República dos Estados Unidos da América.

## 2. FORMAÇÃO

O presente capítulo visa a introduzir a formação da política externa dos Estados Unidos desde a Guerra de Revolução até a obtenção de sua autonomia, atingida segundo George Herring (2008) com a Convenção de Paris de 1800, isto é, quando Adams formaliza a diluição do Tratado de Aliança Perpétua com a França, assinado ainda durante a Revolução. Este período estrutura o ideal revolucionário e como este é concebido na visão estadunidense das Relações Internacionais.

De início, ainda sem um gabinete executivo formado e em guerra com a Inglaterra por sua independência, os Estados Unidos enfatizaram seus esforços na busca por apoio internacional para garantir que a Revolução fosse conquistada. Anos de guerra e negociação garantiram aos Estados Unidos o status de república independente. Pelo menos teoricamente. Uma vez vencida a sua guerra de revolução, os Estados Unidos se viam isolados em um sistema político revolucionário liberal que estava inserido num mundo monárquico e colonial. Se por um lado o otimismo dos fundadores de que o liberalismo seria a grande ferramenta para a libertação mundial através do comércio, havia o entendimento da ameaça que as grandes potências ainda poderiam subjugar a recente república de volta ao sistema colonial. Dessa forma, os grandes esforços do Congresso e dos dois primeiros presidentes, George Washington e John Adams, seria o de garantir a soberania do país, tendo como marco a Convenção de 1800.

### 2.1. A Revolução Americana: precedentes, consequências e política externa (1776 - 1783):

[...] quando uma longa série de abusos e usurpações perseguindo invariavelmente o mesmo Objetivo, demonstra o propósito de reduzir um povo ao Despotismo absoluto, é seu direito, é seu dever, derrubar esse governo e providenciar novas Guardas para sua futura Segurança. Tem sido assim o sofrimento paciente destas Colônias e essa é a necessidade que as obriga a alterar seus primitivos Sistemas de Governo. A história do atual Rei da Grã-Bretanha é uma história de repetidas injúrias e usurpações, tudo tendo como objetivo direto o estabelecimento duma Tirania absoluta sobre estes Estados [...].

Portanto, nós, os Representantes dos Estados Unidos da América, no Congresso Geral, Reunidos apelando para o supremo Juiz do mundo, para a honestidade de nossas

intenções, muito solenemente publicamos e declaramos, no Nome e pela Autoridade do bom Povo destas Colônias, Que estas Colônias Unidas são, e de Direito devem ser, Estados Livres e Independentes; que ficam Desligados de qualquer Obediência à Coroa Britânica e que toda a conexão política entre eles e o Estado da Grã-Bretanha está e deve estar totalmente desfeita; e que como Estados Livres e Independentes, eles possuem o Poder integral de executar a Guerra, concluir a Paz, contratar Alianças, estabelecer Comércio e fazer todos os outros Atos e Coisas que Estados Independentes podem de direito fazer.

E como apoio desta Declaração, com uma firma confiança na proteção da Divina Providência, nos mutuamente nos empenhamos nossas vidas, nossos Destinos e nossa Honra sagrada. (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1776 in MAY, 1964, p. 14 - 18)

A Revolução Americana se insere no contexto internacional como a primeira tentativa de mudança no sistema colonial. Reflexo dos ideais liberais que permeavam o debate dos célebres colonos insatisfeitos com a falta de representatividade frente à metrópole britânica, o sentimento revolucionário transcendia a independência. Conforme será exposto, a Revolução serviria como instrumento histórico para fomentar revoluções liberais contra a tirania monárquica para que um mundo idealmente republicano se desenvolva em paz e enriqueça através de um comércio totalmente aberto e sem barreiras alfandegárias (HERRING, 2008; MOREIRA et al. 2010). A primeira seção deste capítulo visa a introduzir a estratégia política internacional dos colonos para assegurar a independência.

A colonização dos Estados Unidos começou apenas no início do século XVII. As Treze Colônias que se rebelaram contra o monopólio colonial e revolucionaram o mundo implementando uma república liberal foram gradualmente sendo estabelecidas em diferentes momentos, com diferentes finalidades e por diferentes etnias. A primeira colônia fundada foi Jamestown, Virginia, sob patrocínio da *London Virginia Company*. Com difíceis anos iniciais - mortes por fome, doenças e guerras com indígenas na região da *Cheasepake Bay* -, a colônia se desenvolveu através da plantação de tabaco, o que trouxe ricos colonizadores que exploravam *plantations* com mão-de-obra escravocrata. Em seguida, os puritanos e peregrinos, buscando por liberdade religiosa se estabeleceram na região da Nova Inglaterra. Vivendo em uma comunidade estritamente religiosa, desenvolveram um comércio distribuindo bens que

não conseguiam produzir em suas fazendas de subsistência. Com o tempo, estabeleceram um importante centro produtor de navios, de pesca, de extração madeireira e importante entreposto comercial com as demais colônias. As *Middle Colonies* - Nova Iorque, Nova Jersey, Pensilvânia e Delaware - formavam um centro de grande diversidade religiosa, política e ética. Ao Sul, a província da Carolina foi a primeira tentativa de conquistar o sul da Virgínia. Uma aventura privada financiada por Lordes que obtiveram uma carta real visando a uma colônia lucrável como Jamestown. Sem incentivos a colônia da Carolina do Sul só se desenvolveu com a investida dos lordes adentrando ao território para encontrar terras férteis. Eventualmente, lucraram no comércio com caribenhos e desenvolveram plantation lucráveis. O mesmo não aconteceu na Carolina do Norte que sem centros urbanos se tornou um antro de pequenos proprietários. Por fim, a província da Geórgia, já em meados do século XVIII, foi estabelecida pela coroa por uma questão geopolítica. Foi-se enviado para lá diversos *maus-elementos* que seriam presos na metrópole. Inicialmente, sem mão-de-obra escrava a colônia não conseguiu se desenvolver, com a introdução da *plantation* com mão-de-obra escravocrata a colônia se tornou tão rentável quanto as carolinas (EISENBERG, 1982).

No que tange às Relações Internacionais do fim do século XVIII, observa-se a consolidação do sistema westfaliano europeu, Princípio no qual cada Estado-nação tem soberania exclusiva sobre seu território. Isto é, após a guerra dos 30 anos, a autoridade estatal passou a valer mais do que a autoridade religiosa, que regia o sistema internacional até então. A Paz de Westfália (1648) estabeleceu os conceitos de soberania, igualdade estatal, integridade territorial, acordos internacionais, resolução pacífica de disputas e não intervenção externa em assuntos domésticos. Em suma, o poder do Estado-nação aumentou e o absolutismo atingiu seu auge político. Ademais, o sistema westfaliano mudou as razões e a maneira de lutar. A profissionalização dos exércitos sustentava a ideia de que alterar ou sustentar a balança de poder é mais interessante do que destruir o inimigo (KISSINGER, 2014).

O século XVIII foi também o marco da decadência de monarquias tradicionais como a Espanha - detentora de boa parte dos territórios americanos -, os Países Baixos e a Suécia, e a ascensão de poderosas monarquias absolutistas como a França, a Prússia, a Áustria, a Rússia e a da monarquia parlamentar britânica (KISSINGER, 2014). Com a conquista britânica do território canadense, até então pertencente à França e do território indiano, que era de posse espanhola, o Reino Unido passou a ser a metrópole europeia mais poderosa. No entanto, o custo da vitória foi obrigatoriamente cobrado das suas colônias mais ricas: as treze colônias da América do Norte (HERRING, 2008; MOREIRA et al. 2010).

Sem representatividade metropolitana, delegados de 12 das 13 colônias se reuniram no primeiro Congresso Colonial, realizado na Filadélfia, em vias de debater meios de evitar a opressão econômica metropolitana. Outro congresso ainda aconteceria no ano seguinte. Nesse caso, já estabelecido enquanto instituição política central dentre as 13 colônias americanas, o congresso redigiu uma Declaração de Independência que, em última instância, visava a mostrar às metrópoles o compromisso dos colonos com a *independência*. (HERRING, 2008; PECEQUILO, 2003). Nesse sentido, interessa apontar o grupo político liberal que orquestrou a revolução:

Os ideais de liberdade e democracia, proclamados pelo pensamento iluminista, repercutiram na América e se traduziram em ação nas treze colônias da costa leste da América do Norte antes que na própria Europa, onde tinham surgido. Um setor dos colonos norte-americanos, o dos liberais, começou a reclamar cada vez com mais insistência, até chegar ao uso das armas, pela igualdade política e social, como por uma maior liberdade econômica. Formou-se um Congresso com representantes liberais das colônias que, em 04/07/1776, declarou a independência dos Estados Unidos através da famosa proclamação que resumia os ideais do século das Luzes e que se transformou em fonte de inspiração para as futuras nações latino-americanas. (MOREIRA et al. 2010, p. 20).

A tão sonhada liberdade almejada pelos americanos transcendia a questão colonial. Perry Anderson (2015) explica que o ideal de *império* presente na condução da política externa nos períodos subsequentes - conforme será exposto nos próximos capítulos do presente trabalho - tem origem no *excepcionalismo* e *universalismo* que moldavam o ideal revolucionário. “Nós temos sobre nós a oportunidade e a coragem para formar a mais nobre e mais pura constituição da face da Terra”, escreveu o panfletista Thomas Paine em 1775 (HERRING, 2008, p. 12), refletindo em última instância a concepção do “repertório ideológico de um nacionalismo norte-americano que propiciava uma passagem suave e contínua a um imperialismo norte-americano” (ANDERSON, 2015, p. 13).

A luta armada começou em 1775 e se aprofundou em 1776, mas já antes do conflito, os americanos começaram uma política diplomática em vias de buscar apoio frente à guerra iminente. Incertos sobre como a Europa reagiria a uma guerra colonial, mas com um interessante conhecimento dos costumes diplomáticos tradicionais europeus bem como bons

analistas do cenário político do velho continente, os americanos assertivamente buscaram apoio junto à principal rival britânica, a França, que recentemente havia perdido a Guerra dos Sete Anos e vivia uma situação instável e beligerante frente aos demais europeus. Ainda em 1775, Paris enviou um comissário para avaliar a situação política na Filadélfia visando à possibilidade da venda de armas para os americanos. Estes, de bom grado, firmaram um acordo de ajuda. Para estabelecer de maneira institucionalizada os acordos comerciais de assistência aos Estados, especialmente para com a França, o Congresso lançou o *Model Treat*, um modelo de tratado que deveria ser seguido pelas nações europeias que se relacionassem com os Estados Unidos (HERRING, 2008; PECEQUILO, 2003; UNITED STATES, 2018).

Extremamente específico, o *Model Treat* demonstrava o ótimo conhecimento na arte da diplomacia por parte dos jovens republicanos. Os Estados Unidos explicitamente se colocariam a parte de qualquer conflito europeu. Não haveria nenhuma relação política com os europeus, isto é, não haveria tropas estrangeiras no conflito. A França renunciaria territórios na América do Norte ao passo que os Estados Unidos não se oporiam na reconquista das índias ocidentais por parte da França, nem usaria uma eventual guerra franco-inglesa para discutir termos com os britânicos. Nesse ponto, especificamente, ambos os países concordaram que não haveria acordos de paz sem comunicar com pelo menos seis meses de antecedência. A figura diplomática decisiva para o apoio francês foi a de Benjamin Franklin. Com o simples espírito revolucionário fez uso de sua imagem e influência para garantir à corte francesa que a revolução não seria tão ameaçadora para Paris, garantindo aos Estados Unidos uma aliança duradoura. Em 1778, já mais preparados para o combate contra a Grã-Bretanha, os americanos lograram um acordo que garantiria: (i) que não haveria negociações de paz sem aviso prévio, (ii) um tratado comercial nas bases da nação-mais-favorecida, (iii) apoio franco-americano para pressionar as índias orientais sob domínio inglês e (iv) suporte francês até a independência ser devidamente atingida (HERRING, 2008; DOBSON, 2009).

A pressão inicial causada pela aliança entre americanos e franceses causou certa insegurança para o Reino Unido quanto aos rumos que a rebelião tomaria. Se em 1777 a Inglaterra, visando a uma intervenção mais assertiva obteve êxito contendo o avanço da rebelião nas colônias do Nordeste, o exército francês logrou conter o avanço britânico gerando euforia por parte das forças francesas. Em contrapartida, a França, a despeito da aliança com os Estados Unidos, não os via diferentemente de uma pequena república europeia, isto é, com possibilidade de manipulação conforme houvesse os melhores ganhos para a corte. De modo que oficiais franceses tentaram corromper as decisões supremas do Congresso americano.

Além disso, tropas francesas e civis americanos se hostilizavam com frequência, o que obrigou um isolamento entre as partes. De todo modo, ainda em 1777, uma delegação britânica chegava aos Estados Unidos com o intuito de acabar com a revolução a todo custo, permitindo que se negociasse qualquer demanda americana, com exceção da *independência*. A esta altura, negociar qualquer objetivo que não fosse a total independência das treze colônias seria uma derrota gigantesca para os Estados Unidos, ao passo que garanti-la passava a alterar o *status quo* em pró dos rivais europeus britânicos, que ficariam sem sua principal colônia. Entendendo essa mudança na balança de poder que a independência traria para a Inglaterra frente às potências europeias, uma nova reunião entre diplomatas americanos, franceses e espanhóis aconteceu em Paris. Se por um lado a aliança entre franceses e espanhóis era extremamente benéfica para enfraquecer a Inglaterra, a Espanha não via com bons olhos a independência norte-americana. A aliança entre as partes atraía a Espanha pela garantia de que a França a apoiaria até que Gibraltar fosse totalmente reconquistado por Madrid, bem como na possibilidade da Espanha recuperar a Flórida da Grã-Bretanha. No entanto, Madrid não via nenhuma vantagem em abrir o Mississipi para navios americanos como estes queriam (HERRING, 2008).

No meio desse quadro, em 1781 o congresso americano votou os *Articles of Confederation* visando a garantir o apoio externo. Demorando quatro anos para ser totalmente acordado entre os estados, o Congresso centralizou as decisões nacionais sobretudo de negociação com outras nações e de manter forças armadas. Em contrapartida, os estados confederados manteriam a soberania sobre qualquer poder *expressamente delegado* à união. Ainda em 1781, o congresso demanda um gabinete executivo que, ademais de um chefe de Estado, nomearia três ministros para Guerra, Finanças e Relações Exteriores, todos ex-congressistas (HERRING, 2008; DOBSON, 2009).

Nesse momento, as relações internacionais da jovem república estavam mais próximas da Inglaterra do que de seu aliado francês. Para a Inglaterra, seria menos problemático garantir a independência dos Estados Unidos, se assim fosse necessário, se isso significasse um distanciamento entre as suas ex-colônias e os franceses. Apesar das negociações com a Inglaterra terem sido bastante complicadas, foi-se chegado a um acordo em 1782, em uma negociação que aconteceu em Paris. A Inglaterra aceitaria “*a complete and unqualified independence*” dos Estados Unidos se este fosse totalmente independente do resto do mundo também - em última instância, evitando uma relação franco-americana mais profunda. Entretanto, a negociação não se confirmou. Além dos ingleses terem suprimido questões

essenciais, os diplomatas britânicos não nomearam devidamente os Estados Unidos no tratado. O que inflou a desconfiança dos diplomatas americanos que, em decorrência disso entendiam que a Grã-Bretanha não reconhecia a nova república (HERRING, 2008, p. 30).

Retornaram as negociações ao fim de 1782. Entendendo que um acordo era necessário para todas as partes, Jay envia um ultimato para Londres demandando por independência irrestrita em um acordo que levasse o nome dos Estados Unidos. A insistência de Jay e Adams garantiram aos Estados Unidos um acordo de paz que, essencialmente, reconhecia a independência estadunidense e demandava a retirada de tropas britânicas do território americano. Além disso, as fronteiras conseguidas iam do atlântico ao Mississipi a Oeste e das Floridas ao Sul ao Canadá ao Norte. Os britânicos ainda garantiram aos americanos acesso de navegação ao Mississipi (o que demandaria anuência espanhola para que, de fato, houvesse validade na concessão). A questão de locais de pesca a norte, créditos e débitos de guerra e confisco de posses de legalistas foram meramente citados em vagas cláusulas que poderiam facilmente ser mal interpretadas entre as partes - ainda assim, estava registrado, diferentemente do que acontecera na primeira tentativa. Uma vez formalizado o acordo entre Estados Unidos e Inglaterra, era necessário estender as negociações para as demais potências europeias, o que só lograria efetivo sucesso por parte dos americanos no ano seguinte (HERRING, 2008).



ampliou-se para o Caribe e para as índias e os colonos tiveram condições de manter aberto um importante canal de fornecimento de armas e de soldados. Em 1781, sitiado em York Town, o exército inglês capitulou. (LESSA, 2005, p. 37)

As consequências da resolução acertada entre Estados Unidos e Inglaterra atingiram de maneira bastante significativa cada um dos atores envolvidos no conflito. Os americanos, inflaram um sentimento de entusiasmo na revolução. Apesar de obter mais dificuldades diplomáticas para garantir a paz do que para ganhar a guerra, a independência estava finalmente conquistada. A França, importante aliado para que os americanos atingissem o seu grande objetivo terminaram a guerra insatisfeitos com os americanos, no entanto, por entender que deveria ser compensada pelo esforço que tivera durante a guerra. Por outro lado, um sentimento de alívio emanava por parte dos políticos franceses que não teriam mais de se aprofundar em um conflito extremamente desgastante. Por fim, a Inglaterra, apesar de perder a sua principal colônia passava pela sua própria revolução que garantiria à monarquia britânica em algumas décadas à hegemonia mundial (HERRING, 2008).

O Tratado de Versalhes, que reconheceu a independência dos Estados Unidos em 1783 foi o marco do ideal estadunidense de *liberdade, republicanismo e democracia*:

Segundo a visão dos norte-americanos, todos os homens, e, nesse sentido, nações, têm o direito à sua autonomia e liberdade, não podendo ser dominados e controlados por quaisquer forças externas que ameacem seu desenvolvimento e reprodução. Mesmo internamente, forças de caráter semelhante existem e devem ser cerceadas por mecanismos institucionais que impeçam a opressão ou o abuso da autoridade. Diferentemente da Europa, marcada pelas contradições e problemas sociais, a América “*nascia livre*” e deviam-se garantir formas para que assim permanecesse, sem os vícios das monarquias tradicionais, assegurando-se a expansão e o aprofundamento do sonho americano de prosperidade e liberdade. (PECEQUILO, 2003, p. 39)

Os próximos anos, no entanto, demonstraram que a despeito da revolução, a manutenção da coesão interna, sobretudo por conta da centralização política que mantinha o Congresso, e a dificuldade em garantir apoio à jovem república por parte das potências

européias, demandou aos Estados Unidos uma habilidade política formidável para que a república se mantenha viva e soberana.

## **2.2. Os primeiros anos da república - Congresso como autoridade política e gestões Washington e Adams: a busca pela soberania nacional e projeção internacional (1783 - 1801).**

Ao fim da guerra de independência, os Estados Unidos se encontravam economicamente deprimidos e politicamente instáveis. Se por um lado a economia pós-guerra passava por um momento normal de dificuldades por conta do longo conflito, os grupos políticos internos se mostravam inaptos para manter a coesão que garantira a revolução, fazendo florescer rivalidades que dificultavam o desenvolvimento da república. O sentimento que os Estados Unidos colapsariam pela própria grandeza por conta de uma geografia extensa que impedia a centralização política por parte do congresso somado às pressões imprimidas pelas potências europeias que não se mostravam inclinadas a apoiar a jovem república fomentavam o sentimento de necessidade por um governo mais forte. No que tange à política externa da nação recém independente, o principal objetivo desse momento seria o de garantir os ideais da revolução frente ao sistema internacional, isto é, isolar-se politicamente das monarquias tradicionais ao mesmo tempo, ao mesmo tempo em que se submetia àquilo que não era passível de alteração naquele momento (DOBSON, 2009; HERRING, 2008, PECEQUILO, 2008). Ademais, de nada adiantaria para a jovem república ter institucionalmente logrado as conquistas firmadas em Versalhes se, na prática, a segurança das fronteiras estivesse comprometidas. Desse modo, era necessário assegurar que o território da nação fosse plenamente seguro para a sua exploração e desenvolvimento (PECEQUILO, 2003).

De pronto, as Relações Internacionais dos Estados Unidos deveriam garantir sucesso econômico para vencer a crise estabelecida. Dessa forma, os primeiros esforços diplomáticos dizem respeito ao comércio do país, seguindo o ideal republicano - que nas décadas vindouras ficarão bastante claras - de que o comércio era o responsável pela riqueza do país. As duas frentes que os diplomatas americanos agiram para atingir esse objetivo diziam respeito a: (i) facilidades de comércio para com a Grã-Bretanha e suas colônias e (ii) dirimir as dificuldades apresentadas pelas demais potências europeias na questão. No que diz respeito às relações com o Reino Unido, o país considerava os Estados Unidos como estrangeiros, dificultando o acesso do país a crédito, manufaturas e navios. Além disso, Londres proibiu navios americanos de

atracarem nos portos das Índias Orientais. A Inglaterra sabia que isso aprofundaria ainda mais a economia deprimida da jovem república pós-Guerra de Revolução. Concomitantemente à guerra comercial com a ex-metrópole, os Estados Unidos se esforçaram muito para abrir os portos espanhóis e franceses. No caso de Madrid, se foi possível a abertura de alguns portos sob taxas básicas de nação-mais-favorecida; no entanto, monarquia ibérica proibiu o acesso dos americanos ao porto de Havana e Nova Orleans e não permitiu a livre-navegação no Rio Mississippi. Por outro lado, comercializar com a França, seria muito mais complicado por conta das relações deterioradas desde o fim da Guerra de Independência. Apenas pouca quantidade de artigos luxuosos, vinhos e conhaques foram acertados. As barreiras levantadas pelos franceses foram muito maiores que as concessões. Paris liberou quatro portos para os navios americanos, proibiu o acesso aos portos franceses nas Índias Orientais. Se as conquistas comerciais com as tradicionais potências europeias não haviam de ser celebradas, os Estados Unidos conseguiram alcançar mercados europeus de menor importância como a Suécia e a Rússia. Se por um lado, foi-se, dessa forma, possível dirimir a crise estabelecida, por outro, nem de longe, atingiram os montantes imaginados para se desenvolverem (HERRING, 2008).

No que tange aos objetivos imediatos de segurança nas fronteiras, duas regiões tomavam essencial destaque: a região das Montanhas Apalaches e o Rio Mississippi. Se por um lado as regiões eram estrategicamente significativas para garantir a segurança das fronteiras oeste da república, o fato das terras serem pouco ocupadas por americanos e bastante quista por parte de britânicos, espanhóis e indígenas dificultava o controle absoluto por parte da Confederação. Se bem que se foi obtido relativo sucesso na sua manutenção, a grande extensão de terras foi um dos motivos para as rivalidades internas do país se afluírem. Por parte do Congresso, as zonas exploradas eram essencialmente econômicas; portanto, deveriam ser desenvolvidas através de princípios coloniais. Haveria liberdade para os americanos que ali se estabelecessem e eventualmente os territórios seriam incorporados de fato à União (LANGLEY, 1989). No entanto, a dificuldade de acesso a mercados e o atrito com britânicos e indígenas influiu a necessidade de incorporação imediata por parte dos Estados Unidos das terras destacadas como novos estados confederados, com a ressalva de que, naquele momento, a União não poderia garantir a segurança destas terras. O que não era admitido por sulistas que incitavam um incipiente sentimento seccionista. Na visão de John Jay, o Mississippi não era prioridade naquele momento. Apesar dos seus desejos de expansão, garantir o comércio do Norte era mais importante naquele momento, e os esforços e as precárias capacidades da república deveriam estar enfatizados ali. Os estados do Sul discordavam veementemente e a

polarização do debate se aprofundou. Estes ameaçaram deixar a confederação e levantaram um exército de 13.000 homens para avançar junto ao Mississippi, ameaçando a Espanha, único país disposto a negociar bons acordos comerciais com o país. O congresso votou uma resolução para o ataque. Com apoio dos sulistas, a resolução foi aprovada com maioria de sete contra seis estados em favor. No entanto, a união entendeu que um avanço militar poderia acarretar um problema ainda mais complexo, opta-se por cancelar o envio de tropas junto ao Mississippi, deteriorando ainda mais a situação doméstica dos estados sulistas. (HERRING, 2008)

Uma vez expostas as maiores dificuldades da jovem república no que tange à questão comercial e securitária, o que, em última instância, aprofundou um debate político interno que polarizou a política doméstica norte-americana, urge que se explique como os Estados Unidos logrou reger o ideal revolucionário frente à dicotomia política que se acirrou. Nesse ponto, especificamente, interessa expor o processo de hipertrofia do poder centralizado na instituição do Congresso e como os insipientes grupos políticos buscaram atender às suas demandas através dos processos políticos inerentes à confederação. Inseridos nesse cenário, estão os conflitos geopolíticos enfrentados pela jovem república contra os indígenas - com quem os americanos guerrearam fervorosamente -, a Grã-Bretanha - que montava fortes avançados no Nordeste visando ao controle do comércio de peles - e a Espanha - principal ator na região do Mississippi, questão que permanecia inconclusa.

No que tange à política interna, em 1785 o Congresso levanta moções para mudar os *Artigos da Confederação*. Em última instância, visava-se a uma hipertrofia da instituição que passaria a regular o comércio americano. A questão foi insistentemente debatida, mas inconclusiva. Os sulistas temiam, sobretudo, que os estados do norte passassem a controlar o comércio e se fortalecessem demasiadamente através da própria figura do Congresso. Com a impossibilidade de manter a coesão política interna, dois anos mais tarde o Congresso se reúne para a *Convenção Constitucional*, a partir da qual seria redigida uma constituição, nomear-se-ia um presidente e se arranjará um legislativo em duas casas - o *senado (Upperhouse)*, representado pelo mesmo número de representantes por estado e a *câmara dos deputados (House of Representatives)*, cujo número de congressistas seria proporcional à população estadual (PECEQUILO, 2003; HERRING, 2008). Para as relações internacionais dos Estados Unidos àquela época, os debates mais interessantes diziam respeito a como funcionaria o ministério das Relações Exteriores e a sua primazia para garantir o comércio e, conseqüentemente, fomentar o desenvolvimento do país.

No que tange a questões burocráticas no funcionamento da pasta das Relações Exteriores dois pontos foram essencialmente importantes para a formalização desta. Primeiramente, decidiu-se que o ministério seria regulado pelo senado conjuntamente à formulação política proposta pelo executivo. A *Upperhouse* ficaria responsável por formalizar tratados e apontar diplomatas. O poder para *fazer guerra*, segundo ponto de interesse para o debate das relações internacionais da jovem república, seria dividido. O chefe de Estado no poder teria a primazia para repelir ataques enquanto o Congresso, e apenas o Congresso, poderia votar uma declaração formal de guerra. As questões comerciais dos Estados Unidos nessa reunião passaram essencialmente pelo debate sobre a uniformidade da regulamentação comercial por parte do governo da União. Era extremamente necessário para o governo que se fosse garantido uma negociação centralizada, visto que os demais países usavam a auto-regulamentação dos estados como forma de obter vantagens comparativas no comércio com o país. A resolução passa com a ressalva dos estados sulistas que o tráfico de escravos não poderia sofrer interferência até 1808. O debate para a formação de um gabinete executivo em meio a uma sensível polarização política doméstica no país fez com que surgissem dois grandes grupos: os *federalistas (nacionalistas)* e os *anti-federalistas*. Se por um lado os primeiros possuíam a essência do espírito revolucionário, isto é, a grandiosidade do liberalismo e a primazia estadunidense frente ao sistema monárquico corrompido, que, em última instância, elevaria os Estados Unidos a um status de grandeza com o apoio de um forte governante, os últimos aterrorizavam a população com a ameaça externa, demandando que se garantisse segurança à geografia do país para contrabalancear a tirania das potências europeias. Dessa reunião se redigiu a *constituição* dos Estados Unidos e o *Bill of Rights* (PECEQUILO, 2003; HERRING, 2008)

Permeando o debate político, os Estados Unidos enfrentavam conflitos acirrados que ameaçavam a segurança de suas fronteiras. Nesse período, sobretudo, houve uma grande guerra entre índios apoiados por britânicos bem como pressões externas de Grã-Bretanha e Espanha. No que tange ao problema dos indígenas, a rivalidade dos povos nativos e dos colonos se agravou com a questão do avanço dos americanos a oeste, que sofriam com ameaças de indígenas compelidos por britânicos. O governo americano presumiu mal que os indígenas entenderiam a sua derrota pós-guerra de revolução pelo simples fato de terem se aliado aos britânicos. Houve forte resistência por parte dos indígenas que ademais de formarem poderosas alianças militares, alinharam-se às potências europeias para garantir respaldo político. Os Creek, por exemplo, que ameaçavam colonizadores no Tennessee e na Geórgia lograram junto

à Espanha o título de nação soberana. Com o conflito se tornando cada vez mais explosivo, a União se viu obrigada a intervir. Levando em consideração o espírito revolucionário de ter o governo americano como um instrumento de trazer ao mundo uma nova forma de governo que uniria todos os homens, estes trataram a situação dos índios “*in the utmost good faith*” (HERRING, 2008, p. 44). Concordaram que os britânicos não poderiam ceder as terras dos indígenas e ofereceram compensações. Em última instância os Estados Unidos buscavam elevar o status dos indígenas à *civilização* para, no futuro, incorporá-los ao sistema nacional. Apesar do método mais pacífico e equilibrado para tratar a questão, o problema não foi totalmente solucionado. (HERRING, 2008, grifo do autor)

Espanhóis e britânicos também pressionavam os americanos de maneira bastante ameaçadora. Os britânicos se recusavam a evacuar pontos específicos na fronteira noroeste do país. A ideia dos ingleses era aproveitar o máximo que fosse possível a extração de peles na região, usando como argumento o fato de que os Estados Unidos não haviam, até então, pago aos legalistas as compensações acordadas no fim da Guerra. O governo central não conseguia lidar com a situação em termos diplomáticos e não tinha poder institucional para garantir o pagamento das compensações, visto que estas ficavam a cargo de cada governo estadual. Apelaram como última alternativa para um apoio francês - que àquele momento se encontrava enfraquecido - recordando o *Tratado de Aliança Perpétua* assinado em 1778. No entanto, não era do interesse da França mediar a situação, basicamente porque Paris entendia que os Estados Unidos não poderiam se fortalecer ainda mais. (LESSA, 2005; HERRING, 2008)

A relação com a Espanha também era problemática. Os espanhóis se encontravam no *status* de potência decadente, e temiam o desenvolvimento da jovem nação, visto que não teriam capacidades de defender com eficiência seu império colonial em caso de uma eventual investida americana. Desse modo, não reconheciam as terras à sudeste do país e não permitiam o acesso dos navios americanos ao Rio Mississippi, entendendo que isso dirimia o desenvolvimento dos estados da região. Entendendo que o acesso ao Mississippi não seria garantido naquele momento, John Jay aproveita a vinda de um enviado de Madrid para propor renunciar a livre-navegação no rio em troca de vantagens comerciais. Se por um lado o acordo de total reciprocidade e aproximação diplomática era formidável para o desenvolvimento do país, os sulistas se sentiram muito traídos, entendendo que a União estava deixando de lado as suas demandas e aspirações. (LANGLEY, 1989)

Nesse cenário instável e polarizado, o primeiro presidente dos Estados Unidos assume o gabinete em 1789 representando pouco mais de 4 milhões de americanos que viviam,

sobretudo, na faixa litorânea do Atlântico. Ainda assim, George Washington conseguiu demonstrar a visão otimista de um império grandioso em construção. Para ele, os Estados Unidos poderiam garantir paz por mais de uma geração aliando os ideais revolucionários à sua geografia privilegiada e recursos naturais. De fato, quando Washington assumiu o gabinete o sistema internacional se encontrava passando por importantes mudanças. A maior delas é a instável situação geopolítica que vivia a Europa àquele momento: isto é, os ventos da Revolução Francesa que punham em cheque todo o sistema político vigente no continente. Por outro lado, a república permanecia enfraquecida e vulnerável. A questão do Rio Mississippi permanecia inconclusiva e Inglaterra e Espanha tentavam a todo modo tirar da influência norte-americana os colonos da região. A união assistia passiva à toda situação por não possuir efetivos militares para contrapor a situação. Thomas Jefferson foi o designado para tratar das Relações Exteriores na gestão Washington. Os principais objetivos para este setor do gabinete de Washington era fomentar as relações diplomáticas que mantinha diplomatas apenas na França, Inglaterra, Espanha, Portugal e Países Baixos; o rompimento das barreiras diplomáticas com a Grã-Bretanha; o controle efetivo da região das Montanhas Apalache e, por fim, de maneira paciente e gradual, preparar a expansão do país (PECEQUILO, 2003; HERRING, 2008).

O primeiro grande conflito que teve de lidar Washington foi apaziguar a situação latente com os indígenas na região sudoeste do país. Novamente um perigo iminente de guerra aflorou no Oeste, onde os interesses dos indígenas que buscavam expandir a fronteira para caçar, fortalecidos pelas grandes confederações apoiadas pelos ingleses e espanhóis, e dos colonos que buscavam terras agricultáveis e consideravam que os nativos não utilizavam a terra de maneira eficiente. Se por um lado os Estados Unidos usaram da influência liberal para atingir seus objetivos sem guerra, a inabilidade do governo central de garantir que os colonos obedecessem aos termos acordados entre as partes tornou todo o planejamento político de Washington para conter o conflito inútil. Foi assim com os Creek que ameaçavam colonos na Geórgia que, após um promissor tratado de paz entre indígenas e governo, voltaram a avançar em direção a terras indígenas. No Kentucky o embate foi ainda mais explosivo. Se por um lado o governo confederado logrou uma importante conquista com os Tratados de Ohio, anos antes, os indígenas, inflados pela Grã-Bretanha, ainda não estavam satisfeitos com a sua situação. Do outro lado, os colonos americanos que visavam ao usufruto da terra avançavam contra o povo nativo com o intuito de *eliminar os selvagens inferiores*. A violência escalonou de maneira sangrenta. A vitória da União se deu com o envio de 500 homens à região - e muitas perdas

para ambos os lados - a situação esfriou com uma *última oferta* de paz por parte do governo, recuperando em parte o prestígio militar do gabinete de Washington (HERRING, 2008 p. 48-55).

Durante o governo de Washington também se aprofundou o debate acerca da condução da política externa. Se por um lado, Jefferson, Secretário de Estado, advogava por uma democracia rural com poder popular e o comércio como principal regente do desenvolvimento, Hamilton, Ministro do Tesouro, acreditava que a ordem deveria ser mantida acima do progresso. Como brilhante financista do período, acreditava que a especulação econômica faria mais sentido para o desenvolvimento do Estado. Jefferson possuía uma visão mais *idealista*, visando a transcender os ideais revolucionários para a política externa dos Estados Unidos, de modo a utilizar do ideal republicano para garantir maior cooperação internacional através do comércio liberal, expandindo a geografia positiva do país. Em contrapartida, Hamilton, com uma visão mais paciente, acreditava que os investimentos de longo prazo em manufaturas desenvolveriam com mais eficiência o país que simplesmente a agricultura defendida por Jefferson. O debate também se polarizava no que tange ao modo como os Estados Unidos deveriam se relacionar com a Inglaterra. Se por um lado Jefferson enxergava a monarquia britânica como um entrave no seu ideal de desenvolvimento, Hamilton alimentava uma admiração pelo país. No momento, James Madison, líder na *House of Representatives*, tendia a concordar com a visão de Jefferson. Para ele, a despeito do entrave britânico - para Madison, um país obsoleto -, a Jovem República poderia abrir os mercados do mundo através do ideal liberal que abriria a mente ao republicanismo de uma maneira global. Com suporte político, Jefferson, entendendo o momento delicado que vivia a Europa, com seu discurso eloquente, avançou com veemência para uma diplomacia mais assertiva para com as principais potências da Europa. Se num primeiro momento Londres tomou pouca importância da política discriminatória que ameaçavam tomar os Estados Unidos para os produtos importados pelo país, Paris se recusava a renegociar um tratado comercial e inclusive discriminou o tabaco americano e Madrid dificultou ainda mais a questão das fronteiras ao sul do país, a posição dos Estados Unidos às vésperas do estopim de uma guerra que tomaria todo o continente europeu era, no mínimo, interessante. Os Estados Unidos mantiveram uma política de neutralidade para suprir ambos os lados e garantir os melhores ganhos com o comércio de comida e abrir os seus portos para facilitar a logística dos beligerantes. O debate entre Jefferson e Hamilton também se aprofundou com o advento da guerra. Apesar do entendimento de ambos que a demanda por produtos americanos aumentaria, Jefferson ambicionava um tratado comercial com a França,

mantendo a neutralidade, e Hamilton possuía altas expectativas de relações mais interessantes com a Inglaterra para garantir investimentos para o incipiente setor financeiro. Em última instância apenas os planos de Jefferson se mostraram eficazes na situação em que se encontravam. (PECEQUILO, 2003; HERRING, 2008; CASTRO, 2012).

A polarização do debate interno entre as duas lideranças que constituíam a elite política tomadora de decisão dos Estados Unidos naquele momento refletia a situação instável da Europa. A França, que vivia as consequências da sua própria Revolução, influenciava o mundo a lutar contra a opressão monárquica e inflar o sentimento de liberdade. Segundo Hobsbawn (1977, p. 135): “Excetuando a França, havia somente um Estados importante cujas origens e simpatias revolucionárias para com a Declaração dos Direitos do Homem poderiam dar-lhe uma inclinação ideológica para o lado francês: os Estados Unidos América”. Reforçando a naturalidade da afinidade política entre as duas nações.

O tratado com a França, de fato, aconteceu, garantindo uma posição mais alinhada entre ambos os países. A França acordou a garantia das possessões de ambos os países para assegurar uma posição favorável no usufruto de portos americanos, negando o acesso destes aos seus inimigos. Se por um lado as garantias eram favoráveis para ambas as nações, temia-se, naquele momento, que os Estados Unidos perdessem a sua neutralidade. Assim, Washington emite uma nota de esclarecimento sobre a posição *neutralidade razoavelmente imparcial*. Os franceses, por outro lado, não admitiam essa posição. Para eles, os Estados Unidos deveriam ser aliados da França e, conseqüentemente, inimigos da Inglaterra. Novamente Jefferson, alinhando-se aos republicanos, e Hamilton, ao lado dos federalistas, discordaram em relação à reação francesa. Essa contradição trazia à tona a questão das dificuldades dos Estados Unidos em manterem uma posição soberana em relação a sua política externa, notadamente no que tange ao vínculo da jovem república para com a França por conta do *Tratado de Aliança Perpétua* assinado durante a Guerra de Independência (HERRING, 2008).

No que tange às relações com a Grã-Bretanha, de pronto é necessário informar que os dois países não chegaram a entrar em guerra, de fato, nas fronteiras do norte do país. Por outro lado, violentos ataques indígenas foram incitados por britânicos em vastos territórios. Para apaziguar a situação, o exército estadunidense avança em direção à Detroit. Os britânicos ainda compeliram os índios a resistir à investida de Washington, ao passo que, de fato, pela primeira vez, mobilizaram as suas forças na região, fazendo com que os Estados Unidos entendessem a ação como um ato de agressão. A Grã-Bretanha ainda bloqueou o contato dos navios franceses com os portos americanos, confiscando carregamentos de grãos que iriam para a França e

revendendo depois. A situação se tornou insustentável e gerou um grande ressentimento por parte dos americanos. Apesar de, naquele momento, nem um dos dois países desejarem, de fato, entrar em guerra, a situação foi para o Congresso onde se debateu o ataque à marujos britânicos, um embargo temporário a produtos ingleses e a criação de uma marinha permanente. Uma missão foi enviada à Londres para discutir a questão. Como um conflito não era interessante para a Inglaterra também e, pela grande liberalização do comércio entre Londres e suas colônias, era de suma importância que o país não danasse suas relações com Washington. Aproveitando-se disso, os Estados Unidos lograriam o acesso limitado às Índias Orientais britânicas. O acordo, denominado *Jay Treat*, foi firmado sob o direito de neutralidade dos Estados Unidos. Ainda assim, o ressentimento americano não foi sanado visto que a compensação pela apreensão de navios não avançou, de modo que a reação pública nos Estados Unidos foi de subversão por parte dos diplomatas americanos. Ainda assim, o governo consegue assinar o tratado em 1795 e ratificá-lo em 1796, com o discurso de que haveria ganhos reais na questão comercial. Enquanto isso, no Norte, o exército americano logrou importante prestígio ao enfraquecer de maneira definitiva as forças indígenas e britânicas (HERRING, 2008; DOBSON, 2009).

Por fim, o prestígio adquirido por Washington por conta do *Jay Treat* aumentaria com a reação espanhola. Em uma posição desfavorecida frente às grandes potências europeias, Madrid foi aliada da Inglaterra por um tempo, mas mudou sua posição em seguida, passando ao lado francês quando estes invadiram a península ibérica, ameaçando a estabilidade do império. Madrid àquele momento temia uma ação anglo-americana contra as colônias ibéricas na América do Norte. Aproveitando a oportunidade, o diplomata americano em Madrid forçou a assinatura do Tratado de San Lorenzo, fazendo com que a Espanha garantisse as fronteiras demandadas pelos Estados Unidos desde 1783 e desse acesso à livre-navegação americana no Mississipi. Também garantiu o acesso e armazenamento de bens no porto de Nova Orleans, resolvendo a situação que há décadas dificultava as relações hispano-americanas (HERRING, 2008).

O aprofundamento do debate sobre a condução da política dos Estados Unidos no período se dividiu em dois grupos que foram sensivelmente influenciados pelas potências beligerantes. Por um lado, os federalistas eram acusados de perder os ganhos revolucionários ao se aliarem com a Grã-Bretanha, por outro, os republicanos eram acusados de importar os excessos das Revolução Francesa para a América (HERRING, 2008; LANGLEY, 1989).

A dualidade permeou as eleições de 1796. Os federalistas inflavam discursos sobre defender os interesses nacionais, personificados na figura de Adams, enquanto acusavam seus rivais republicanos de serem fantoches de uma potência estrangeira. O discurso foi suficiente para que Adams vencesse as eleições de Jefferson. Adams se mostrava mais preocupado com a situação da Revolução Francesa que seu antecessor, mas entendia a necessidade de garantir um Tratado com o país em calamidade política. Para a Secretaria de Estado e do Tesouro, Adams aponta dois políticos pró-Grã-Bretanha que acreditavam que a Guerra com a França era necessária para garantir negociações mais abertas e a oportunidade para a criação de uma Marinha. Adams não concordava. Era necessário debater a questão da captura dos navios, o acesso às Índias Orientais Francesas e que a França aceitasse o *Jay Treat*. Se por um lado Paris desejava negociar com os Estados Unidos, pois a guerra não era interessante para o país. No entanto, a Revolução passava pelo seu auge, surgindo a figura de Napoleão Bonaparte, desse modo, lidariam sem pressa com a questão. Adam expõe a situação de *Quasi-Guerra* para o congresso que decide em 1798 fazer um embargo para com Paris. Além disso, rompem o suporte aos brancos no Haiti e criam o Departamento da Marinha para a produção de navios de guerra e absorvendo corsários e navios mercantes para atacar embarcações francesas. Deve-se destacar que estes lutaram violentamente nas Índias Orientais (HERRING, 2008; HOBBSAWN, 1977; DOBSON, 2009).

Adams ainda foi aconselhado pelos seus companheiros federalistas a apoiar com tropas o exército britânico e realizar um ataque conjunto às possessões espanholas. Calculando mal a resposta americana, a França imediatamente toma uma atitude mais conciliatória. Uma nova missão à França é enviada, desse modo, contrariando os federalistas que, àquele momento faziam de tudo para evitar uma maior aproximação com os franceses. O boicote às ações conciliatórias deixou o clima político tenso, a ponto de temerem um *coup d'état*. Considerando seu secretário de Estado, Pinkney, um traidor da pátria, Adams o assassina e acusa Hamilton de atuar conforme os interesses britânicos. Um tratado com a França não seria fácil. Os americanos demandavam a revogação do *Tratado de Aliança Perpétua* de 1778, compensação pelos barcos e bens capturados e aceitação da França do *Jay Treat*. Os franceses entendiam que os americanos não ofereciam nada, em contrapartida. Os franceses aceitariam as compensações - sem garantias - e demandavam o acesso de corsários aos portos americanos. Adams, impaciente, reconsiderou uma declaração de guerra, mas em 1800 Napoleão Bonaparte assumia um posto quase ditatorial no país e necessitava que a situação com os Estados Unidos fosse apaziguada para, ao passo que enfraquecia as relações anglo-americanas e influenciava os

países menores europeus a rivalizarem com a Inglaterra, esperava em breve dar atenção ao império na América do Norte. Desse modo, franceses e americanos se comprometeram a manter os ideais marítimos liberais em um eventual tratado, restabeleceram relações diplomáticas e postergaram cobranças de compensações. Se por um lado os Estados Unidos acabando não ganhando muito, o que gerou descontentamento por parte dos políticos americanos - inclusive tendo sido rejeitado a primeira vez que Adams submeteu ao senado, logo se entendeu que o país poderia perder muito em um eventual conflito. A convenção terminou com cinco anos de beligerância com os franceses e eliminou a ameaça real de uma guerra que os Estados Unidos não poderiam pagar. Além disso, a Convenção de 1800 foi um grande passo em direção a uma política externa soberana e independente, visto que se livrava de uma incômoda situação em que estava inserido, isto é, um *Tratado de Aliança Perpétua* que o ameaçara durante todo o período de guerras na Europa e trazia um mal-estar na condução da política externa neutra que buscava (HERRING, 2008; PECEQUILO, 2003).

### **2.3. Conclusões parciais:**

As treze colônias inglesas na América do Norte se alinharam, em última instância, por não concordarem com a condução política que a metrópole adotava para com estes. Inseridas no cenário mercantilista europeu e a mercê da opressão política e econômica exercida pela Inglaterra, em 1776 redigiram a Declaração da Independência e instituíram a primeira república liberal-burguesa da história. A independência foi formalizada *de facto* em 1783, através da assinatura do Tratado de Versalhes e as suas consequências para a história moderna foram célebres. Os ideais de liberdade e democracia decorrentes do pensamento iluminista foram amplamente explorados e inseridos na condução da política externa do país desde a sua formação. Idealmente, o republicanismo alcançado seria o instrumento para mudar o sistema internacional vencendo a tirania monárquica e absolutista através do comércio e da liberdade. Conforme supracitado, esse pensamento moldou um ideal revolucionário *universalista* e *excepcionalista*. No entanto, os Estados Unidos se encontravam limitados no que tange a sua atuação política em decorrência da depressão econômica e da fragilidade institucional do cenário pós-guerra.

Urgia-se, nesse momento, estruturar uma estratégia que garantisse desenvolvimento econômico e coesão política, concomitante a manutenção da soberania nacional conquistada com a independência. Isolados ideologicamente em um mundo controlado pelas monarquias

européias, foi-se necessária uma atuação diplomática formidável para enfrentar os constrangimentos internos e externos desinentes da conjuntura.

Domesticamente, o Congresso como figura central dos anos subsequentes à Revolução designou a estrutura política para a ascensão de um poder executivo forte e atuante. George Washington foi eleito o primeiro presidente dos Estados Unidos e com a sua liderança institucional o país pode começar a alcançar as vitórias políticas necessárias à autonomia e soberania da jovem república. No entanto, dentro do próprio gabinete presidencial existia uma polarização acerca da condução da política externa dos Estados Unidos no período. A dualidade dizia respeito à proximidade de Washington para com as duas principais potências europeias da época, França e Inglaterra, que se encontravam em guerra durante o período revolucionário francês. Posicionando-se em uma *neutralidade razoavelmente imparcial*, os Estados Unidos tentaram usufruir dos ensejos apresentados por ambos os beligerantes de modo a garantir vitórias políticas que os auxiliasse a alcançar seus principais objetivos no momento: desenvolvimento econômico e autonomia política. A postura americana não agradou nem a França nem a Inglaterra.

A Inglaterra incitou violentos ataques de indígenas visando à desestabilização de Washington e confiscou diversos navios com grãos que seriam exportados a Paris. No entanto, entendendo uma que a formalização de um conflito não seria interessante para nenhum dos dois atores, uma política de diplomacia conciliatória foi posta em prática. Resultante das negociações, foi-se assinado o *Jay Treat*, que garantiu - pelo menos por parte da Grã-Bretanha - a posição de neutralidade estadunidense. O prestígio do tratado assinado por John Jay garantiu ainda a assinatura do Tratado de San Lorenzo junto à Espanha, o qual assegurou institucionalmente as fronteiras reivindicadas pelos Estados Unidos desde a assinatura do Tratado de Versalhes em 1783.

A França, de outra forma, não aceitava desde o início a posição de neutralidade americana em última instância pois estavam vinculados ao *Tratado de Aliança Perpétua* assinado em 1775 e que assegurou apoio estratégico aos colonos para que se tornassem independentes. O *Jay Treat* nunca fora aceito pelos franceses, portanto, que deterioraram as relações com os Estados Unidos chegando a um estado de *Quasi-Guerra*. Nesse momento, o então presidente americano, John Adams, encontrava-se em uma posição delicada: aprofundar as relações com a Grã-Bretanha e guerrear com a França - conforme os seus partidários esperavam ou tentar apaziguar a situação através da diplomacia.

Fortuitamente, os Estados Unidos não entraram em guerra com a França por duas razões. Primeiramente, no âmbito interno, os partidários de um estreitamento nas relações com a Grã-Bretanha foram considerados conspiradores por conta das estreitas relações com o capital inglês e a proposta de aproximação foi diluída. Em segundo lugar, na França, subiu ao poder Napoleão Bonaparte, que buscava apaziguar a situação com os americanos. Em 1800, França e Estados Unidos garantem na Convenção de Paris acordos liberais de comércio, normalização das relações diplomáticas, aceitação do *Jay Treat* e, por fim, o término do *Tratado de Aliança Perpétua*.

Se por um lado o *Jay Treat* assinado com a Inglaterra e o fim do *Tratado de Aliança Perpétua* com a França não trouxeram ganhos práticos e imediatos tão significativos para os Estados Unidos, as consequências políticas para a condução da política externa do país foram definitivas. Primeiramente, o *Jay Treat* teve como consequência direta a assinatura do Tratado de San Lorenzo que garantiu a Washington as áreas reivindicadas junto à Espanha desde o fim da Guerra de Revolução, dirimindo os problemas securitários de fronteiras e acesso ao Rio Mississippi, importantíssimo para o escoamento da produção agrária do Sul do país, assegurando ganhos econômicos em última instância. A economia norte-americana também seria beneficiada com os acordos comerciais firmados com Napoleão Bonaparte na Convenção de Paris de 1800. No entanto, a dissolução do *Tratado de Aliança Perpétua* acabava com o vínculo da jovem república com uma monarquia europeia. Sendo o primeiro passo para a condução de uma política externa autônoma e soberana. Sendo também o primeiro passo para as conquistas territoriais que viriam nas décadas subsequentes da história americana.

### 3. CONDUÇÃO

As gestões de Jefferson (1801-1809) e Madison (1809-1817) estão inseridas em cenário de transição da historiografia da política externa dos Estados Unidos. Com liberdade de ação autônoma e mergulhados no ideal republicano, iniciaram a política de expansão territorial. O período também se mostrou conflituoso. Os Estados Unidos enfrentaram duas Guerras cujos saldos materiais foram onerosos para o país. Por outro lado, o resultado dos conflitos elevaram o moral e a floraram o sentimento nacionalista e patriótico.

A elevação extrema do sentimento de *excepcionalismo* e *universalismo* dos ideais institucionais dos Estados Unidos ficaram claros na Doutrina Monroe e no pensamento formulação do conceito do Destino Manifesto. Faz sentido que esses dogmas da política externa dos Estados Unidos tenham sido formulados nas gestões de James Monroe (1817-1825), John Quincy Adams (1825-1829) e Andrew Jackson (1829-1837), visto que foi nesse período que os Estados Unidos demonstraram um sensível desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, infraestrutural e de capacidades militares, estando aptos a gozar de uma política externa livre de influência externa.

#### 3.1. O ideal republicano nas conquistas territoriais:

Thomas Jefferson toma posse do governo americano em 1801 em um contexto geopolítico que garantia vantagem à jovem república se estabelecer como polo de poder no sistema internacional. A ambição de Jefferson em conquistar territórios traduzia um sentimento idealista de superioridade moral da política republicana, o que será traduzido no modo como os Estados Unidos conduzirão sua política externa no século XIX. A nova diplomacia que tentava implementar Jefferson dizia respeito à confiança mútua entre os povos para evitar conflitos; no entanto, conforme será descrito, os grandes objetivos do terceiro presidente dos Estados Unidos para o desenvolvimento do país estavam estreitamente ligados à expansão territorial e ao livre-comércio de produtos. Sendo, desse modo, praticamente inviável lidar com uma política externa não-beligerante para alcançá-los (HERRING, 2008; MOREIRA et. al, 2010).

O cenário do início do século XIX mostrava um estado de empate na Guerra europeia (HOBBSAWN, 1977). Se por um lado a França influenciava todo o continente europeu, a poderosa armada britânica controlava os mares. Nos Estados Unidos, a população americana dobrava, mas permanecia concentrada e isolada. Três novos estados se uniram à União:

Tennessee, Kentucky e Vermont, enquanto Mississippi e Indiana se organizavam politicamente para seguir o mesmo processo. A agricultura florescia enquanto a estrutura política básica se mantinha (EISENBERG, 1982).

A independência da Política externa dos Estados Unidos garantiu ao país uma flexibilidade quanto ao seu pragmatismo nas relações internacionais. Jefferson entendia a diplomacia europeia como falida e obsoleta, mas também a conhecia e interpretava de maneira formidável de modo a explorar as melhores relações para com os Estados Unidos. O país, segundo ele, possuía um estilo único de diplomacia que garantiria em última instância os objetivos para o desenvolvimento do republicanismo vigente: isto é, a garantia da liberdade individual aos donos de terra que explorariam ainda mais a agricultura. Os excedentes seriam exportados sob o modelo do livre-mercado conforme o país expandia suas fronteiras. O *pacifismo filosófico* entendido por Jefferson dizia respeito à virtude dos povos e à natureza das instituições que somados ao desenvolvimento econômico e à segurança militar fariam os Estados Unidos se tornar um polo independente de pressões externas (PECEQUILO, 2003). No entanto, houve necessidade do uso da força sobretudo contra os *Estados bárbaros* do Norte da África, bem como para com as forças europeias francesas, inglesas e espanholas.

O primeiro grande embate conflituoso enfrentado por Jefferson diz respeito à Guerra de Trípoli (1801-1805). Em suma, o conflito se deu por conta de corsários norte-africanos que assaltavam embarcações americanas desprotegidas no Mar Mediterrâneo. Os países do Norte da África eram islâmicos vistos como opressivos e despóticos. O estopim da guerra acontece quando Trípoli captura um navio americano, aprisiona os marujos e obriga Washington ao pagamento de tributos. Em represália ao ato beligerante já em curso - o que, conforme supracitado, não demandava aprovação do congresso - os Estados Unidos enviam quatro navios de guerra para a região. Sem apoio logístico, mas contando com um importante suporte internacional para acabar com a pirataria no mediterrâneo - sobretudo contando com países árabes, Grécia e diplomatas em Túnis, os Estados Unidos marcham para tentar acabar com o regime vigente em Trípoli, que, àquele momento, havia capturado ainda mais uma fragata norte-americana. Os Estados Unidos logram a troca do irmão de Pasha, governante de Trípoli, após assinar o atual líder político e seu pai. Um tributo é pago por conta dos reféns feitos e os E.U.A. garantem um acordo de livre-comércio com o país. O saldo final do conflito não foi positivo para Washington que teve que arcar com custos quase duas vezes maiores que as *extorsões* impostas por Trípoli. Além disso, o país permaneceu tendo problemas semelhantes no mediterrâneo, o que só será sanado *de facto* depois da guerra de 1812. No entanto, a guerra

trouxe consequências morais para os Estados Unidos, inflando o folclore patriótico do país no mesmo momento que Jefferson lograva a aquisição do Estado da Louisiana (HERRING, 2008).

Se por um lado Jefferson possuía uma visão extremamente otimista do nacionalismo republicano instaurado na jovem república, a crise da Louisiana (1801-1803) foi um pretexto formidável para executar o seu objetivo de expansão territorial. De pronto, importa citar que os Estados Unidos já exerciam uma influência bastante forte na região. Os interesses comerciais americanos somados a diplomacia beligerante de Napoleão foram essenciais para que o debate acerca da compra do território por parte dos Estados Unidos fosse aflorado. O território em questão foi denominado por Herring (2008) como um *tabuleiro de xadrez* para a geopolítica da região. A Louisiana, originalmente francesa foi dada à Espanha para evitar que a Grã-Bretanha tomasse posse da região. Ingleses e americanos, por sua vez, exerciam influência sobretudo no comércio de peles para com os indígenas da região. Também é importante citar que em alguns lugares da Louisiana, a população era majoritariamente americana (MOREIRA et al. 2010; PIKE, 2010).

Além disso, os americanos eram muito presentes no porto de Nova Orleans. Conquistado através de tratados anteriores, a capitania espanhola era muito mais utilizada por navios comerciais americanos que espanhóis que ficavam tranquilos com a situação pois entendiam que, dessa forma, os britânicos não poderiam invadir e tomar a região pelo Norte. Os Estados Unidos também se sentiam tranquilos com o *status* da situação, visto que, enquanto a Espanha controlasse o território, a conjuntura propiciava um debate pacífico entre as partes. Era entendido que, eventualmente, a conquista da Louisiana por parte dos Estados Unidos aconteceria naturalmente. No entanto, caso um império mais forte - Grã-Bretanha ou França - exercesse influência na região, o uso da força seria inevitável. Eis que a geopolítica da Europa fez com que a França voltasse esforços para reconquistar influência na América. Passou então a entender o território da Louisiana como um importante ativo na América do Norte. Nesse ponto, em 1800, assina conjuntamente com a Espanha o Tratado de Santo Ildefonso. A França, primariamente, visava a conquista da Louisiana e das Floridas além das ilhas açucareiras no Caribe. No entanto, foi-se conseguido por parte da França apenas a cessão do território da Louisiana, com a ressalva de não entregá-la a uma terceira parte (HERRING, 2008; HOBBSAWN, 1977).

Para refrear os planos franceses e entendendo que era necessário agir para manter a influência americana na região, os Estados Unidos ameaçam se aliar à Grã-Bretanha para lograr um peso maior nas negociações com a França. Napoleão, no entanto, sabia da anglofobia

alimentada por Jefferson, lidando de maneira despreocupada com a situação. Em 1802, então, os Estados Unidos sugerem um tratado para garantir o armazenamento de bens em Nova Orleans sem custos, o que gerou um mal-estar geral entre as partes envolvidas (LAWSON; SEIDMAN, 2008). A Espanha não queria assinar pois acusava os Estados Unidos de usar o porto para realizar contrabandos, ao passo que os Estados Unidos via a demora na assinatura como jogo de Bonaparte para esperar até a tomada da região por parte da França. Pressionado pelos estados do Oeste por guerra, discurso comprado pelos federalistas que visavam a deslegitimar o governo de Jefferson, o presidente envia uma missão de inteligência na região para avaliar os ativos militares espanhóis na região para uma eventual invasão do território. Ainda sem desejar guerra, Jefferson envia à França Monroe, um político americano respeitado no ocidente para tentar comprar o território da Louisiana e das Floridas. Se não funcionasse, Monroe iria direto para Londres discutir uma possível aliança com os britânicos (HERRING, 2008).

Nesse meio tempo Jefferson lidaria com a situação no Haiti. Ainda na gestão de Washington, um levante revolucionário escravagista tomou o controle do país. Naquele momento, os Estados Unidos apoiaram os colonizadores com armamento e dinheiro. Pressionado internamente por proprietários de terra que temiam a expansão da revolução no território americano, Jefferson mantém o apoio aos donos de terra no Haiti. Mesmo contra, o governante entendia que isso garantiria tempo para negociar com Bonaparte (HERRING, 2008; MOREIRA et al. 2010).

Monroe chega a Paris em 1803 em um momento fortuito para os Estados Unidos. A Espanha adia a assinatura o Tratado porque não queria vender as Floridas - garantindo tempo preciso para os Estados Unidos se armarem para um eventual conflito. A França, por sua vez, inclinava-se a vender o território cedido pela Espanha, entendendo que a Louisiana era geopoliticamente indefensável sem a aquisição das Flóridas. Nesse momento, em Santo-Domingo, a França realizava a sua maior expedição para o Novo Mundo. Compelido pela França que os rebeldes seriam soltos, Touissant, líder negro da revolta do Haiti é enganado e enviado para uma prisão francesa. Mesmo sem a sua importante figura, houve muita resistência rebelde (HERRING, 2008). Somado a um surto de febre amarela que enfraqueceu sensivelmente as forças napoleônicas e a um iminente conflito com a Grã-Bretanha, a França acertou a venda do território pelos Estados Unidos por \$ 15.000.000,00 (PIKE, 2010).

**Figura 2 – Mapa**  
Aquisição da Louisiana



Fonte: HERRING, 2008, p. 108.

As consequências para os Estados Unidos foram bastante positivas. A demanda por expansão foi sanada e o presidente garantiu uma nova emenda para o congresso sobre a aquisição de novas terras pelo advento da compra. Se por um lado a Espanha se mostrou descontente com a possibilidade do aumento de tropas na Louisiana, entendendo que isso ameaçaria a estabilidade das Floridas, o sucesso de Jefferson foi formidável e inflou o sentimento de poder norte-americano. O presidente move tropas para as fronteiras e ameaça invadir a Louisiana e as Floridas (HERRING, 2008).

O sucessor de Jefferson, James Madison, assume o gabinete com a mesma obsessão pela aquisição das Floridas em um cenário de forte reaproximação entre França e Espanha. A Florida do Oeste, em especial, era uma terra bastante fértil e garantia acesso ao Golfo do México. Peregrinos começaram a se estabelecer na região na primeira década do século XIX e em 1810 já eram a maioria dos habitantes da região. Em uma ação imediata, os Estados Unidos organizam uma junta de bandidos americanos e fugitivos espanhóis para cerca um dos principais fortes de Madrid na região. Uma vez dominado, estes proclamam a independência da Florida do Oeste. A independência era inesperada por parte dos políticos americanos, mas foi interessante para que Washington utilizasse como justificava para tomar a região. Madison se nega a negociar com um governo *ilegítimo*, mas utilizando o pretexto de um avanço da Grã-

Bretanha na Flórida, estende a jurisdição da Louisiana até Rio Perdido. Ou seja, anexa parte do território da Flórida do Oeste junto às terras recém conquistadas. Essa ação foi definitiva para que em 1813 os Estados Unidos anexassem todo território Oeste da Flórida (HERRING, 2008; EISENBERG, 1982).

**Figura 3 – Mapa**  
Territórios das Flóridas



Fonte: HERRING, 2008, p. 146

No âmbito das relações internacionais a nível global, os Estados Unidos se viam inseridos em um sistema totalmente influenciado pela guerra entre França e Grã-Bretanha, que conduziam de maneira bastante definitiva a política internacional. Com a diplomacia corrompida com as principais potências europeias, mas ainda tentando manter a neutralidade que visava a ganhos para com ambos os beligerantes, os Estados Unidos tentaram levantar um tratado de comércio liberal para comercialização de bens sem tarifas com os dois países. No entanto, a situação com a Grã-Bretanha que já estava instável se tornou insustentável e os dois países entraram em uma guerra que não beneficiava a ninguém. Para manter o bloqueio europeu, a Inglaterra inspecionava navios americanos, sequestrando aqueles que possuíssem mercadorias com destino à Europa. A política danava a agricultura do país até que, ao encontrar a situação de maneira insustentável, Madison declara guerra à ex-metrópole. Subestimando as forças inglesas na América, os Estados Unidos sofreram diversas derrotas em todo o território. Contando com a sorte, no entanto, Napoleão cai e a reconfiguração do sistema europeu faz com

que o pedido de paz clamado por Washington fosse aceito pela Inglaterra que admitiu o *status quo anti bello* com o Tratado da Paz Perpétua de Gante, em 1814. Em 1818, um novo tratado é assinado estabelecendo os limites fronteiriços entre Estados Unidos e Canadá (MOREIRA et. al. 2010; HERRING, 2008).

### **3.2. A Doutrina Monroe e o Destino Manifesto (1815-1837)**

O período que compreende as gestões presidenciais de James Monroe (1815-1824), John Quincy Adams (1825-1829) e Andrew Jackson (1829-1837) foi um dos mais relevantes na história da primeira metade da política externa dos Estados Unidos. Havendo concebido os ideais republicanos e democratas da necessidade de expansão territorial e, mais importante, da formalização de acordos comerciais, o quinto, sexto e sétimo presidentes dos Estados Unidos adicionaram à política externa conceitos que serão extremamente relevantes para entender a América Latina para os Estados Unidos. A saber, o *Destino Manifesto*, o qual elevava a um grau de transcendentalismo a política - e as suas consequências - da jovem república e a *Doutrina Monroe*, que expunha frente à comunidade internacional a primazia de Washington na liderança do continente americano.

O imaginário estadunidense que fez com que florescessem as doutrinas supracitadas diz respeito a um cenário muito particular. Primeiramente porque a ausência de um conflito mais violento entre Washington e a Grã-Bretanha abrandou a ameaça de intervenção europeia no continente, divergindo consideravelmente do que acontecera até então durante a história do país. Por outro lado, durante esse período a América Latina passava por suas próprias revoluções nacionais, fazendo com que surgissem diversas repúblicas com instituições políticas inspiradas nas que moldaram os Estados Unidos. Washington enxergava essa mudança no cenário político regional com bons olhos, como uma oportunidade de aprofundar o comércio com as repúblicas sul-americanas e alçar a liderança do sistema americano (MOREIRA et. Al 2010; HERRING, 2008):

[...] por mais importante que o nosso reconhecimento precoce da independência do Sul pudesse ser para nós, no que diz respeito aos interesses comerciais e industriais não havia outra perspectiva de encarar o assunto, perspectiva essa infinitamente mais recompensadora? Tornar-nos-íamos ponto central de um sistema que se constituiria no

centro da convergência da liberdade humana contra todo o despotismo do Velho Mundo. Alguém duvida dos sentimentos do sul para conosco? Apesar da nossa frieza para com eles, do rigor das nossas leis e da conduta de nossos funcionários, seus corações ainda se voltam para nós como seus irmãos e não tenho qualquer dúvida possível – se nosso governo tomasse a iniciativa de reconhecê-los – que eles se tornariam ainda mais ansiosos em imitar nossas instituições e em assegurar a si próprios e a sua posteridade a mesma liberdade que gozamos.

Num assunto de tal natureza, [...] seria possível que nos contentássemos, como agora o fazemos, em ficar olhando ansiosamente para a Europa? Por que não passamos a agir sob nossa própria responsabilidade e reconhecemos a independência desses governos em vez de aceitar a orientação da Santa Aliança, num caminho que põe em perigo a felicidade de milhões de seres ainda não nascidos? [...] quebrems essas algemas comerciais e políticas; não fiquemos mais esperando a permissão dos políticos europeus; tornemo-nos americanos verdadeiros e reais e coloquemo-nos à testa do sistema americano.” (CLAY, 1820 in MAY, 1962 p. 47)

No entanto, também entendia que a conjuntura poderia se tornar uma ameaça caso as potências europeias resolvessem intervir de modo a reconstituir o colonialismo no continente:

[...] a América, com a mesma voz com que se exprimiu ao surgir como nação, proclamou à humanidade os direitos inextinguíveis da natureza humana e as únicas fundações legais de um governo. A América, no concerto das nações, desde sua admissão neste, tem invariavelmente, embora muitas vezes sem êxito, estendido a todas elas a mão da amizade honesta da liberdade igual, da reciprocidade generosa. [...] ela tem, nesse lapso de quase meio século, sem uma única exceção, respeitado a independência de outras nações enquanto reafirma e mantém a sua própria. Tem se esquivado de interferir nos negócios de outros, mesmo quando o conflito tem por causa os princípios aos quais ela tanto se apega como se fossem a última gota de

vida de seu coração. [...] onde quer que a bandeira da liberdade tenha sido ou venha a ser desfraldada, lá estarão seu coração, suas bênçãos e suas preces. Mas ela não irá ao estrangeiro à procura de monstros para destruir. Ela será simpatizante da liberdade e da independência de todos. Mas é o campeão e o defensor somente da sua própria. [...] ela bem sabe que se se alistasse sob outras bandeiras que não a sua, mesmo que fossem as bandeiras da independência estrangeira, ela se envolveria, além da possibilidade de retraimento, em todas as guerras de interesse e intriga, de avareza pessoal, inveja e ambição que arrebata as cores e usurpam a bandeira da liberdade. A máxima fundamental de sua política mudaria insensivelmente de *liberdade* para força. [...] ela poderia se tornar a ditadora do mundo, mas não seria mais a governante de seu próprio espírito. (ADAMS, 1821 in MAY, 1962 p. 50 – 51).

No que tange à conjuntura interna do país, os Estados Unidos viveram décadas de amplo crescimento econômico e populacional. O desenvolvimento do país era nítido, especialmente no que tange à infraestrutura de estradas e canais que facilitaram a comunicação entre os estados. No entanto a anexação de novos estados - Louisiana (1812), Indiana (1816), Mississippi (1817), Illinois (1818), Alabama (1819), Maine (1820) e Missouri (1821) - aprofundou a disputa interna sobre assuntos extremamente sensíveis para a coesão política do país. Em especial, cabe citar a questão da escravidão que será um dos pavios para eclosão da Guerra Civil algumas décadas avante (EISENBERG, 1982). Ao mesmo tempo, o imaginário norte-americano era de ampla euforia e nacionalismo após a *não-derrota* na guerra de 1812 (PECEQUILO, 2003). É a partir desse otimismo com as instituições republicanas que James Monroe (1815-1825) e seu Secretário de Estado, John Quincy Adams, vão aprofundar as tratativas de acordos comerciais, entendendo que, a despeito de politicamente independentes, os Estados Unidos estavam inseridos na economia transatlântica europeia - incluindo sendo extremamente dependentes desta para comercializar os excedentes da sua agricultura em desenvolvimento. James Monroe marcou a ascensão dos Estados Unidos para um novo nível de riqueza e poder no sistema internacional (HERRING, 2008).

A expansão comercial foi o grande objetivo da gestão de Monroe cuja figura de Adams no Departamento de Estado foi central. Para esse propósito, aumentou-se consideravelmente o corpo diplomático do país, muitos sendo designados nos consulados recém inaugurados nas

jovens repúblicas independentes da América Latina. Além disso, pesados investimentos em uma marinha permanente foi prioridade. As pequenas e velozes embarcações serviam para segurança da costa estadunidense e dos navios mercantes e foram dispostas em esquadras nas Índias Ocidentais, Pacífico, Mediterrâneo e África. A *reciprocidade* foi a grande arma para a expansão comercial dos Estados Unidos no período. Durante a década de 1820, o uso da reciprocidade nas negociações comerciais garantiu o abrandamento das restrições europeias e abriu o comércio com novos mercados na América Latina e ao redor do globo. Ainda assim, os resultados se mostraram limitados. Diversos países da América do Sul, a despeito do grande esforço nas negociações, acabaram permanecendo fechados e a Grã-Bretanha não permitiu a ruptura do sistema colonial nas Índias Ocidentais (HERRING, 2008).

Mesmo fortalecidos após a guerra contra a Inglaterra em 1812, os Estados Unidos ainda sofriam com a insegurança em sua periferia, especialmente com as revoluções nacionais na América Latina. No Norte, a maior potência do mundo permanecia no Canadá. A Espanha insistia em não reconhecer a legalidade da compra do vasto território da Louisiana. A questão da segurança ainda tentada ser conquistada através da expansão territorial (SCHOULTZ, 2000). Naquele momento, Monroe entendia que o território das Floridas devia ser totalmente conquistado para evitar a instabilidade securitária no sudeste do território estadunidense.

Apesar de durante a década de 1820 a região ser explorada basicamente por piratas e homens fora-da-lei, o vasto território também abrigava índios Creek e Seminolas. A instabilidade da região fez gerar uma violência que passou a ameaçar os colonizadores do sul da Geórgia, Alabama e Mississippi. Em decorrência disso, Monroe organizou uma expedição militar para abrandar a violência latente e que, em última instância poderia ajudar em negociações com a Espanha, liderados pelo general Andrew Jackson. Em poucas semanas o general conseguiu estabilizar o controlar o território, mas utilizando de muita violência para tomar os fortes espanhóis e acabar com a resistência indígena assistida por oficiais ingleses gerou um mal-estar diplomático com os europeus. Madrid ladrava sobre a condenação de Jackson e cobrava indenização pelas propriedades tomadas e Londres cobrava retaliação pelo assassinato dos oficiais Arbuthnot e Armbrister que assistiam a resistência indígena contra o exército americano. Habilmente Monroe e Adams aproveitaram a situação para rebater no mesmo tom (HERRING, 2008).

Garantiram à Espanha que devolveriam os fortes se estes formalizarem no curto prazo um tratado sobre as Floridas, visto que os Estados Unidos apenas intervieram na inabilidade de Madrid em manter a estabilidade na região. Além disso, Washington ameaçou formalizar o

reconhecimento das nações latinas independentes. Em 1819 os dois assinaram o Tratado Transcontinental: Estados Unidos pagariam \$ 5 milhões aos espanhóis e garantiriam o território texano a Madrid que, em contrapartida, assegurariam as Floridas e todos os territórios reclamados a oeste do Mississippi até o Pacífico. Desde antes da conquista do Oeste, Monroe garantiu segurança institucional para o seu avanço. Em relação aos britânicos, Washington assertivamente informou a Londres que se não quisessem que seus oficiais tivessem o mesmo destino de Arbuthnot e Armbrister, que estes não desafiassem a segurança dos Estados Unidos (PIKE, 2010; HERRING, 2008)

**Figura 3 - Mapa**

Tratado Transcontinental



Fonte: (HERRING, 2008, p. 149)

A ameaça russa no noroeste que passava a competir com os empreendimentos norte-americanos no território de Oregon e Alaska somado à revolução grega que àquele momento tentava se tornar independente do império turco somado à ameaça de uma intervenção europeia para restaurar o sistema colonial na América fizeram com que em dezembro de 1823 o presidente James Monroe levasse o discurso ao Congresso dos Estados Unidos que seria conhecido como *Doutrina Monroe*. A doutrina consistia em duas esferas divididas entre o Novo Mundo e o Velho Mundo que não poderiam colidir entre si. Da mesma maneira que os Estados Unidos não interferiria nos assuntos internos da Europa, as potências do Velho Continente deveriam manter o princípio da *não colonização* na América, assumindo a

Washington a preeminência política na região. Apesar do forte apelo, o discurso foi vago, não explicitando como seria aplicado o princípio da não colonização por parte dos europeus ou o que os Estados Unidos fariam caso estes o descumprissem. Ao mesmo tempo que a Europa o discurso foi visto com hostilidade e incredulidade, na América Latina ele foi de certa forma minimizado pois as jovens nações independentes entendiam que os Estados Unidos seriam uma ameaça mais concreta à manutenção de sua independência do que uma eventual interferência europeia (DOBSON, 2009; HERRING, 2008, grifos do autor).

A Doutrina Monroe foi um posicionamento assertivo da crença dos Estados Unidos que o hemisfério ocidental deveria ser desenvolvido independentemente de qualquer interferência europeia. Já que na década de 1830 o tamanho e a força econômica dos Estados Unidos eram tão imponentes que a população americana poderia gozar de uma política externa relativamente livre de influência externa. (DOBSON, 2009, p. 3).

Monroe (1823) expressa com eloquência e firmeza a ideia de sua doutrina:

[...] devemos declarar que consideraremos qualquer tentativa de sua [*Estados europeus*] parte para estender seu sistema a qualquer parte deste hemisfério como ato perigoso para nossa paz e segurança. Não temos interferido e não interferiremos com as colônias ou potência estrangeira. Mas com os governos que declararam sua independência, que a mantem e a qual nós reconhecemos com grande consideração, e baseados em seus princípios justos, nós não podemos encarar qualquer intervenção com o propósito de oprimilos ou controlar de qualquer modo seu destino, por parte de qualquer potência europeia, senão uma manifestação de ato inamistoso para com os Estados Unidos. (MONROE, 1823 in MAY, 1962 p. 53)

A Doutrina Monroe também deixava implícito o comprometimento dos Estados Unidos na extensão da ideologia e das instituições do país. Imbuído no liberalismo que moldou o pensamento filosófico da revolução nacional norte-americana, a iniciativa era essencialmente individual. Bravos colonizadores saíram da Europa e gradualmente se estabeleceram pela costa Atlântica da América do Norte, formando colônias. Uniram-se politicamente, subjugaram o sistema colonial e transformaram o mundo (HERRING, 2008).

O conceito de Doutrina Monroe conversa com o ideal de superioridade refletido no Destino Manifesto. Em um cenário cujo objetivo da política externa era a da expansão territorial e da consolidação da ocupação de territórios que fossem interessantes às aspirações dos Estados Unidos, Cristina Pecequilo (2003, p. 59) explica com clareza o conceito: “O Destino Manifesto, desenvolvido na primeira metade do século XIX até a Guerra de Secessão (1865), foi uma doutrina elaborada internamente como forma de justificar o direito e a necessidade dessa expansão em larga escala, mesmo que, por vezes, tivesse de ser feita de maneira violenta ou unilateral”. Em última instância:

A frase Destino Manifesto [...] simbolizava a afirmação de que Deus estava do lado da América, em vez da modesta afirmação de que o país havia se juntado às legiões do senhor. Como a lógica indicava, o argumento era que a América era a sociedade mais progressiva e que os seus cidadãos iam fazer uso apropriado do solo. Por essas e razões similares, era acrescentado, as leis da gravitação política trariam os povos menores para dentro do sistema americano (WILLIAMS, 1959 in PECEQUILO, 2003, p. 59).

O presidente John Quincy Adams, Secretário de Estado do presidente James Monroe foi eleito em 1824 e entendeu que o papel de *favor divino* de transformação do corrupto sistema internacional deveria ser estendido. Dessa forma, ao passo que o desenvolvimento econômico elevava os Estados Unidos a um novo patamar, grupos de missionários passariam a evangelizar o mundo pautado nos ideais intrínsecos ao sistema política de Washington. O conceito de *missão* passaria a ocupar um papel central na política externa dos Estados Unidos. Uma dessas missões foi enviada para a América Latina, visando a desvirtuar o catolicismo e a monarquia como instituições preeminentes dessas nações. Em última instância, John Adams e Henry Clay, seu Secretário de Estado, buscaram encorajar o republicanismo na América Latina, temendo que as jovens nações independentes caíssem nas mãos do sistema imperial europeu novamente ou que competissem entre si, deixando os Estados Unidos em desvantagem frente a essa situação (HERRING, 2008; EISENBERG, 1982).

A Doutrina Monroe enquanto discurso ficou muito clara em algumas situações. Se por um lado o forte apelo à preeminência dos Estados Unidos na América Latina era exaltado frente às potências europeias e às jovens nações independentes, os interesses norte-americanos seriam sempre levados em conta antes de assumir as ações previstas na Doutrina. Enquanto Washington louvava as conquistas de Simón Bolívar nos Andes e tratava de alinhar o

reconhecimento do Rio de Janeiro - capital do império brasileiro, cujo sistema política fora essencialmente herdado da sua ex-metrópole -, o mesmo manteve a política de “*neutralidade estrita e imparcial*”, sendo vago quando questionado sobre como os Estados Unidos poderiam agir em caso de uma invasão europeia. No Haiti e em Cuba, os Estados Unidos agiram de modo à manutenção do *status quo* por questões raciais e comerciais. No caso da ex-colônia francesa, Clay se mostrou bastante descontente com o fato do Haiti ter formalizado um tratado comercial com privilégios para com os franceses. No caso de Cuba, era preferível as certezas da Espanha controlando a ilha do que os riscos de uma independência - que em última instância poderia colocar a Grã-Bretanha, controlando o território. Ainda que o país fosse visto como um apêndice natural dos Estados Unidos, uma tentativa de anexação do território independente - como fora proposto por *planters* cubanos - poderia gerar instabilidade interna pela grande população negra do continente. Eles temiam uma nova revolução haitiana e uma mudança no equilíbrio político acerca da escravidão. Desse modo, nada fizeram para encorajar uma independência cubana (HERRING, 2008).

As gestões de Monroe e Adams atingiram importantes objetivos na Política Externa dos Estados Unidos. O Tratado Transcontinental garantiu segurança institucional para que o país avançasse na conquista para o Oeste e ainda que os ingleses ainda estivessem presentes na América do Norte, Washington passou a se tornar um rival formidável no sistema político regional, com uma economia desenvolvida e um território imenso que era banhado por dois mares (PECEQUILO, 2003; MOREIRA et al. 2010).

Por outro lado, a eleição de Andrew Jackson em 1828 alarmou tanto americanos quanto europeus. Somado à bruta reputação conquistada quando general, sobretudo na questão da Flórida, ele era o primeiro representante do Oeste americano a chegar à Casa Branca. No que tange à política externa, Jackson reduziu consideravelmente o corpo diplomático hipertrofiado pelas duas gestões anteriores. Dificilmente debatia em relação à política externa, centralizando para si as principais decisões. Apesar de que a história tenha guardado para Jackson poucas grandes crises externas a que ela tenha que lidar, o sétimo presidente dos Estados Unidos deu menos atenção à promoção dos ideais republicanos - conforme exaltava a Doutrina Monroe - do que a projetar os Estados Unidos ao redor do mundo, fazendo com que se garantisse respeito a Washington. Por outro lado, assim como seus antecessores, Jackson enfatizou expandir o comércio dos Estados Unidos, entendendo a necessidade de novos mercados para alavancar as exportações estadunidenses. Nesse ponto em especial, Andrew Jackson buscou obter sucesso onde seus antecessores falharam: a abertura do comércio das Índias Orientais. A estratégia

inicial do presidente era manter uma linha de diálogo firme, inclusive com ameaça de retaliações caso a abertura não fosse garantida. No entanto, as ações tomadas se mostraram muito mais eficazes. Jackson proibiu a entrada de navios ingleses advindos das Índias Orientais através da remoção de uma medida retaliatória. A resposta de Londres foi abrir os comércios das Índias para comércio direto. As negociações em relação a isso foram, a despeito do receio inglês da política de Jackson - especialmente pelo episódio de Arbuthnot e Armbrister, foram bem-sucedidas, garantindo, inclusive, uma certa estima por parte do presidente americano para com o rei William IV. Jackson também obteve acesso ao mar negro, usando da reciprocidade, garantindo interessantes tratados com a Rússia. Acessou mercados na Ásia Oriental e Oriente Médio. O presidente também aumentou a marinha e expandiu o comércio globalmente chegando ao extremo do sul da América do Sul, nas Malvinas. Durante a sua gestão as exportações quase dobraram, tendo na Europa o seu maior crescimento no volume do comércio (HERRING, 2008).

Jackson, por outro lado, iniciou um mal-estar diplomático com o México ao tentar empurrar ao sul a fronteira com a república latina. O presidente entendia que uma boa relação securitária para com o México só seria obtida se a fronteira com o Texas fosse natural. Desse modo, ofereceu \$ 5 milhões para uma fronteira no Rio Grande através do seu embaixador no país. Os mexicanos, ofendidos e entendendo que os Estados Unidos estavam interferindo de maneira exagerada nos seus assuntos internos mandou que o diplomata se retirasse imediatamente. Jackson fez pior em o substituir pelo seu camarada Coronel Anthony Butler, quem especulava terras no Texas. Desde o primeiro momento no cargo, Butler deixou claro a sua intenção sobre o território texano. Com inabilidade diplomática e arrogância Butler deixou a situação extremamente delicada de desconfiança e descontentamento por parte dos mexicanos para com Washington. Suas atitudes foram consideradas exageradas mesmo para Jackson que o obrigou a retornar para os Estados Unidos e foram decisivas para a revolução vindoura (HERRING, 2008; PECEQUILO, 2003).

### **3.3. Conclusões Parciais**

Thomas Jefferson assume o gabinete presidencial americano em 1801, em um momento de transição da inserção internacional dos Estados Unidos. Se antes a jovem república estadunidense se encontrava isolada politicamente com limitação na ação política internacional por conta da falta de autonomia na condução de sua política externa, na virada do século XIX

o país se encontrava fortalecido e soberano para impor seus ideais e buscar atingir seus objetivos políticos.

O primeiro grande desafio desse período de transição diz respeito às dificuldades de inserção comercial da jovem república. Apesar de lograr importantes acordos comerciais e garantir formidável demanda por seus produtos, o fato dos Estados Unidos não possuírem uma marinha capaz de garantir segurança às embarcações mercantes deixavam os marujos a mercê da pirataria. A Guerra de Trípoli foi uma tentativa da jovem república medir as suas capacidades em um conflito que aconteceu a milhares de quilômetros de suas bases navais que não trouxe saldos materiais positivos para os americanos. Por outro lado, serviu para aflorar o sentimento patriótico de *excepcionalismo* das instituições firmadas desde a Revolução, o que em última instância garantiu ao país a moral necessária para avançar na anexação de territórios no continente.

A questão da compra da Louisiana foi o materialismo desse otimismo frente ao avanço dos interesses de uma potência europeia na América. Apesar da forte presença estadunidense no território pertencente à Espanha e cedido à França através de um tratado entre os Estados europeus, necessitaram-se importantes esforços diplomáticos para firmar a compra do vasto território estratégico para a segurança nacional do país. Novamente, o momento foi fortuito para as pretensões americanas. A ambição de Napoleão em restabelecer um império francês na América esbarrou no desinteresse espanhol em ceder os territórios das Floridas e na impossibilidade da França de reconquistar o Haiti, fazendo da Louisiana um território irrelevante para o país, facilitando o acordo de compra com Washington. Os Estados Unidos garantiram, dessa forma, a conquista de vastos territórios continentais estratégica e economicamente para o desenvolvimento do país. Além disso, a compra da Louisiana foi importante para que Madison avançasse na conquista da Flórida na gestão presidencial subsequente.

Uma vez estabelecida a política de anexações territoriais, as gestões de James Monroe, John Quincy Adams e Andrew Jackson avançaram na busca por abertura de mercados e expansão da demanda internacional por produtos estadunidenses. Concomitantemente, durante esse período as repúblicas latinas passavam por suas próprias revoluções nacionais. Se por um lado aclaravam-se as oportunidades de novos mercados, os Estados Unidos acreditavam que a onda de revoluções de independência na América Latina poderia abrir caminho para intervenções europeias no continente.

Em se tratando das oportunidades que a onda de revoluções propiciava a Washington, observou-se inabilidade por parte dos presidentes do período em firmarem acordos comerciais, a despeito da afinidade institucional entre os Estados Unidos e as repúblicas latinas. Por outro lado, o reconhecimento destas foi celebrenemente utilizado como barganha por parte do país que logrou a partir desse mecanismo garantir a assinatura do Tratado Transcontinental com a Espanha que, em última instância, aclarava as reivindicações territoriais dos Estados Unidos na América do Norte. Em última instância o Tratado de 1819 garantiu, além da completa aquisição do território das Floridas, a segurança institucional para que o país avançasse na política de anexação territorial.

No que tange à ameaça de intervenção externa, Herring (2008) expõe que o pensamento partia muito mais por parte dos Estados Unidos do que das jovens repúblicas latinas. De todo modo, foi uma justificava formidável para que o país expusesse a Doutrina Monroe. Em última instância, o discurso promovido por James Monroe dizia respeito ao ideal de primazia da influência estadunidense na América. A despeito do florescimento econômico e do desenvolvimento infraestrutural do país, o discurso ecoou como extremamente audacioso no velho mundo. Ainda assim, a Doutrina Monroe serviu como subterfúgio para a expansão da ideologia estadunidense para a América, reforçando o conceito de *universalismo*, presente no imaginário dos Estados Unidos desde a Revolução.

O discurso de Monroe, alinhando-se ao conceito do Destino Manifesto será extremamente relevante para a condução da política externa dos Estados Unidos nas décadas subsequentes. O *excepcionalismo* atinge um patamar transcendental e servirá de justificativa para o espólio territorial advindo da Guerra do México, o que, em última instância, quebrará o equilíbrio político nacional e mergulhará o país na sangrenta guerra-civil.

#### **4. DESUNIÃO: O CAMINHO PARA A PROJEÇÃO IMPERIAL**

O período que começa na gestão de Martin Van Buren (1837-1841) e se estende até a gestão de Abrahan Lincoln (1861-1865) se caracterizou pela expansão territorial, admissão de novos estados e pela quebra da coesão política que culminou com a Guerra Civil. Conforme exposto na seção anterior, a relação entre México e Estados Unidos se mostrava fragilizada e a tensão latente se tornou insustentável quando o Texas viveu sua própria revolução de independência. A Guerra contra o México deixou marcado o poder que os Estados Unidos passavam a ter frente as jovens repúblicas latinas, sobretudo na América do Norte (LANGLEY, 1989). Em última instância a vitória na guerra e subsequente anexação de quase metade do território mexicano polarizou a política doméstica já instável dos Estados Unidos, levando a União à uma guerra separatista. No entanto, vencida a guerra e instituindo a república liberal e anti-escravocrata, um país com dimensões continentais e acesso a dois mares, somado a formidáveis capacidades industriais e agrárias estaria pronto para exercer a Doutrina Monroe ainda mais intensamente.

Durante o período, expansão e escravidão andavam lado-a-lado até o momento que a política de paridade de estados escravocratas e abolicionistas se tornou insustentável e a Secessão ocorreu. A propósito, foi justamente a indefinição sobre o direito dos novos estados de terem ou não escravos - o que quebraria o equilíbrio político para com o Norte no âmbito do congresso - que fez o Sul confederar-se (EISENBERG, 1982).

##### **4.1. A Guerra contra o México: escravidão e expansão como contradição na política doméstica dos Estados Unidos (1837-1861):**

Em meados do século XIX, o mundo vivia um processo transicional entre o sistema europeu pós-napoleônico e as instabilidades internas que culminaram na primeira guerra mundial. A Inglaterra completara a sua revolução industrial e sua presença se estendeu por todo o globo abrindo China e Japão, em particular, à influência ocidental (HOBSBAWN, 1988).

A população estadunidense dobrou novamente em 1860, impulsionada pelo aumento na taxa de natalidade e grandes fluxos imigratórios de alemães e irlandeses católicos. A tecnologia florescia e, através do telégrafo, extensas ferrovias e as viagens atlânticas menos demoradas a União se tornava mais integrada enquanto a economia crescia em um momento

que os Estados Unidos passavam a ter um mercado consumidor interno formidável (EISENBERG, 1982).

A ideologia do Destino Manifesto se apresentava como um ótimo pretexto para, através da anexação dos territórios do Texas, Califórnia e Oregon, Washington impor seus interesses. Os sulistas expansionistas visavam a aumentar o seu poder econômico e político para defender as ambições dos latifundiários escravocratas. Investidores privados enxergavam como oportunidade a abertura de novos portos no litoral pacífico, ao passo que colonizadores do Oeste buscavam terras para se apropriar. Por fim, a ideologia conversou com a questão securitária que envolvia os territórios a serem anexados: se os Estados Unidos não anexassem a Califórnia, Oregon e o Texas, a Grã-Bretanha poderia. E era dever divino de Washington preveni-lo (HERRING, 2008; EISENBERG, 1982; PECEQUILO, 2003).

Ademais importa informar que o Destino Manifesto ainda apresentava um sério cunho racista. O desenvolvimento que trouxe otimismo ao país também trouxe a arrogância de querer mudar o mundo conforme as instituições republicanas. E essa ideia de superioridade era bastante explícita para validar o ideal expansionista: se as raças inferiores não estavam utilizando suas terras de maneira apropriada, caberia a Washington garantir o progresso. Por fim, destaca-se o papel cismático do discurso em um período altamente polarizado internamente entre dois grandes partidos. Os Democratas, partidários de Jefferson, preservavam o discurso do *excepcionalismo* estadunidense de adquirir novos territórios para consolidar a economia agrária frente ao crescente capital industrial que se formava. Do outro lado, os Whigs, entusiastas do industrialismo tinham uma visão mais receosa em relação a um expansionismo descontrolado (DOBSON, 2009; HERRING, 2008).

O debate sobre a expansão era ainda mais sensível quando se associava à escravidão como instituição e houve reflexos dessa contradição na Política externa. Os abolicionistas pressionavam pelo reconhecimento da jovem república negra do Haiti e para que os Estados Unidos entrassem junto à Grã-Bretanha na vanguarda do movimento internacional antiescravagista. Por outro lado, a retórica dos alarmados conservadores exibia o abolicionismo como um movimento internacional centrado em Londres, não passando de um imperialismo disfarçado (HERRING, 2008; EISENBERG, 1982).

O limite geográfico do Destino Manifesto era bem delineado. Notadamente, a fronteira com o Canadá, que representava a presença inglesa na América do Norte. A relação com a Grã-Bretanha no período também é polarizada. Por um lado, entendia-se a necessidade de boas relações econômicas. Por outro, a ex-metrópole ainda era a maior ameaça à sua segurança

territorial. A questão escravocrata, no entanto, era a mais volátil na relação anglo-saxônica. Principalmente quando a marinha britânica começou a atacar embarcações e liberar escravos, o que enfureceu sulistas. A situação melhorou quando de uma reaproximação em 1842, notadamente através do Tratado de Webster-Ashburton que solucionou controversas latentes em vias da manutenção das relações comerciais - importante para ambos (HERRING, 2008).

O mais interessante da relação com a Inglaterra nesse período, contudo, diz respeito ao Oregon, questão há muito tempo controversa na política anglo-saxônica. Com a abertura dos mercados no extremo oriente por parte dos britânicos, a costa do Oregon e do México eram perfeitas para o escoamento dos seus excedentes na América. Os americanos também tinham interesses geopolíticos na costa do Oregon. No entanto, Washington limitou-se ao envio de missionários para colonizar a região depois da crise 1837. Cerca de 5.000 americanos viviam lá no momento, através de um governo eficiente que visava à anexação à União e os Estados Unidos defenderam firmemente a posição de que o território *se destinava* a ser povoado por americanos (PIKE, 2010).

A pressão política frente à Inglaterra se somava a discussão interna sobre as anexações do próprio Oregon e do Texas, as quais eram amplamente discutidas nas campanhas presidenciais. James Polk do Tennessee, ardente democrata expansionista vencedor das eleições de 1844 concorreu com a bandeira da *reanexação* do Texas e da *reocupação* do Oregon (HERRING, 2008, p. 190, grifos do autor).

No que tange ao Oregon, especificamente, uma crise se estabeleceu já no início da gestão de James Polk. A dura política do presidente Polk de confrontar a maior potência mundial enfureceu os britânicos, mas acabou funcionar quando a situação se tornou deteriorou: ou as condições dos Estados Unidos eram atendidas ou um haveria guerra. O título de posse do Oregon ficou, por fim, com Washington (PIKE, 2010): “Pelo direito do nosso Destino Manifesto para estender e possuir todo o continente que nos foi Predicado para que o grande experimento da Liberdade florescesse” (HERRING, 2008, p. 191, tradução do autor).

**Figura 6 – Mapa**  
Território do Oregon (1846)



Fonte: HERRING, 2008, p. 194

A partir desse momento, os Estados Unidos estendem também as suas fronteiras para com o México em um momento em que as relações entre os países se tornavam mais explosivas, a começar pela questão da Independência do Texas. A gestão de James Polk, que concluiu a anexação do Texas aos Estados Unidos em 1846 – o que, em última instância culminou com a Guerra com o México –, enfatizou a busca pela extensão do território dos Estados Unidos tendo o Texas como uma das suas obsessões e a Califórnia e o Novo México como objeto de desejo (LANGLEY, 1989).

Se por um lado nunca houve por parte dos governantes dos Estados Unidos uma estratégia sofisticada para afanar o Texas dos mexicanos, senão a prosaica promessa de boa terra para a plantação de algodão. Por outro, milhares de americanos com outros tantos milhares de escravos começaram a colonizar a volátil região (HERRING, 2008). Atônito, o recém independente governo mexicano impôs a sua soberania sobre os novos colonizadores. Uma das

exigências era a abolição da escravidão. A instabilidade gerada por essa demanda do governo levou a um conflito com os colonizadores que declararam a sua independência depois da decisiva vitória em San Jacinto, em 1836 (LANGLEY, 1989). Um Estado soberano se apresentava como oportunidade para Washington, e uma contradição. Ainda que houvesse desejo por parte do governo texano de se juntarem à União, novamente a contradição acerca da escravidão se mostrou latente na polarização da política doméstica estadunidense (HERRING, 2008). Enquanto a Inglaterra e a França tentavam compelir o governo mexicano a garantir a independência da região pois entendiam a anexação como extensão do poder estadunidense, internamente o futuro da União era intensamente debatido. Whigs e abolicionistas falavam da perpetuação da escravidão através do rompimento do equilíbrio entre estados a favor e contra a escravidão no Congresso e uma conseqüente guerra contra o México. Apoiadores da escravidão como *instituição* no país, por outro lado, entendiam como a oportunidade para a sua manutenção. John Tyler, que assume a presidência em 1844 logo após a morte de Willian Harrison, era um entusiasta da escola *Jeffersoniana* de extensão territorial e comercial como combustível do desenvolvimento e firmou a sua agenda a partir dessa percepção para ganhar aliados políticos junto aos democratas. O então presidente avançou vigorosamente para uma proposta de anexação no Senado através de um tratado que falhou em 1844. Em uma nova tentativa, Harrison orquestra uma resolução conjunta que passa com a maioria simples dos senadores. O governo texano aceita os termos e se inicia o processo de anexação à União que, conforme supracitado, é concluído por Polk em 1846 (LANGLEY, 2009; PIKE, 2010).

O México, a despeito dos problemas internos inerentes de uma economia deprimida pós-Guerra de Revolução, divisões políticas e econômicas e evasão de capital internacional para investimentos, entende a anexação como ato de guerra. As relações entre os dois países foram seriamente comprometidas e os mexicanos denunciaram severamente o ato de *violação do direito das nações* infringido pelos Estados Unidos. Todavia, os mexicanos se encontravam em uma dúbia situação de contradição. Se por um lado o governo se sentia em demasia orgulhosos para simplesmente aceitar entregar o Texas aos americanos, por outro, temiam que uma conseqüente guerra com os Estados Unidos traria a possibilidade de Washington argumentar a aquisição do Novo México e da Califórnia (LANGLEY 2009; MOREIRA et al. 2010).

As relações pioraram ainda mais quando o governo do Texas demandou a extensão de suas fronteiras até o Rio Grande<sup>1</sup>, apoiados por Washington. Polk demanda o envio de tropas para conter um eventual ataque mexicano, instruindo-os a avançar até o Rio Grande. Polk também aproveitou a situação para assegurar a presença na Califórnia, protegida por algumas centenas de tropas mexicanas. Os Estados Unidos ocupam a região mesmo sem guerra, possibilitando a chegada de um grande fluxo de americanos compelidos por políticos estadunidenses que visavam ao constrangimento de um suposto interesse inglês na região (HERRING, 2008).

O racismo era evidente no modo como Polk conduziu a situação com o México. Imbuído na retórica do Destino Manifesto, James Polk, sem pudor, justificou a anexação de terra fértil por parte da *superioridade* estadunidense frente a um país de *raças inferiores* que não conseguiram desenvolver seu valioso território. Assumindo, inclusive, que teria apoio dos próprios mexicanos os quais seriam *libertados* de um governo tão ineficiente. A instabilidade diplomática seria suficiente para Polk imaginar que poderia garantir o espólio territorial através de tratados forçados, simplesmente. Entretanto, as intimidadoras ações do presidente americano levaram à guerra. Notadamente quando em 1845, através da retórica reavivada da Doutrina Monroe, Polk se mantém firme às suas pretensões territoriais frente ao México, ignorando as duras críticas que França e Inglaterra faziam sobre a situação com os mexicanos. O presidente dos Estados Unidos então incita revoltas na costa da Califórnia e envia um emissário para forçar um acordo com o governo mexicano. Os mexicanos não receberam o emissário e declararam guerra aos Estados Unidos (HERRING, 2008; PECEQUILO, 2003; LANGLEY, 2009).

“A Guerra com o México foi resultado da impaciência e agressividade dos E.U.A para com as fraquezas mexicanas. Polk e seus partidários decidiram tomar o Texas [...] e a Califórnia [...] nos seus próprios termos” (HERRING, 2008, p. 200, tradução do autor). Polk acreditou que poderia provocar o México a entrar na guerra presumindo a inabilidade política inerente às contradições domésticas do país latino. Esse equívoco interpretativo da situação fez com que o presidente americano entrasse numa longa e desgastante guerra. Apenas em 1847 os Estados Unidos conseguiram chegar à Cidade do México. E, a despeito da superioridade militar, tiveram imensas dificuldades de controlar o território (LANGLEY, 2009).

---

<sup>1</sup> Vide **Figura 7**.

**Figura 7 – Mapa**

Principais campanhas estadunidenses na guerra contra o México (1846-1847)



Fonte: (HERRING, 2008, p. 202)

A Guerra com o México foi a primeira intervenção externa seguida de ocupação da história dos Estados Unidos. O equívoco de julgamento de Polk quanto aos custos da Guerra o estrangulou domesticamente. Se por um lado as pretensões territoriais foram atingidas, pouco se fez para estender as instituições republicanas nos territórios adquiridos, ao passo a cultura mexicana influenciou de maneira definitiva os americanos que ocuparam as regiões anexadas (HERRING, 2008; MOREIRA et al. 2010).

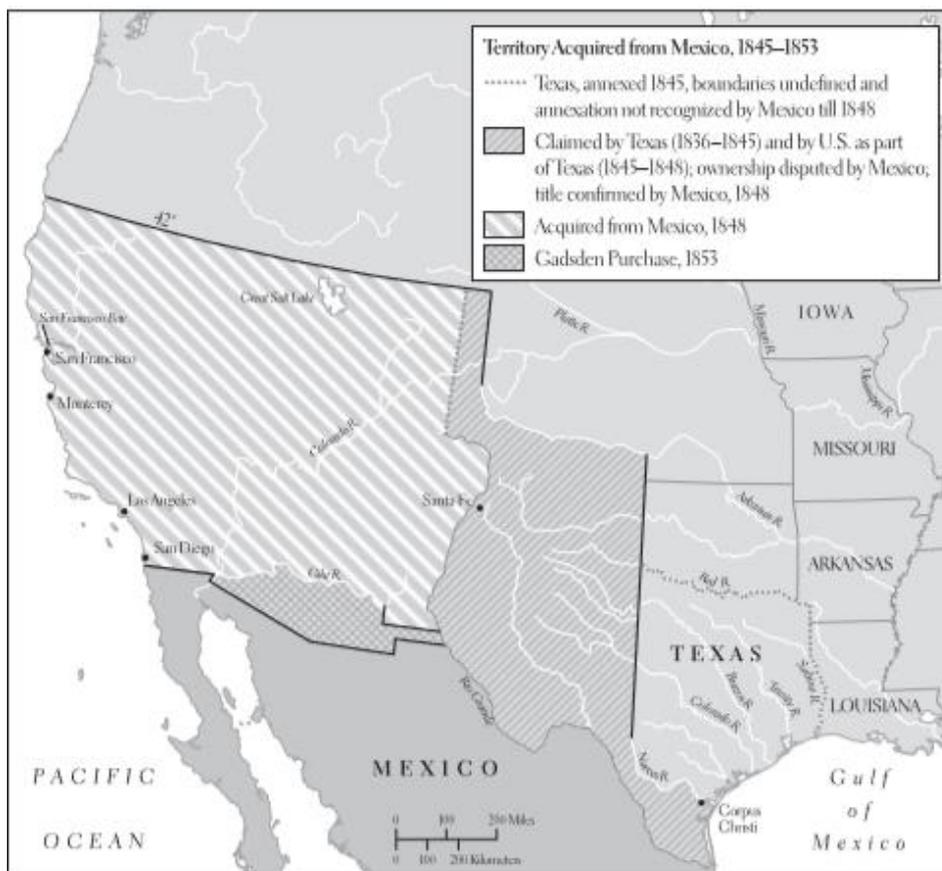
Internamente, a guerra era tida como “um desvio do conflito seccionista” (HERRING, 2008, p. 202, tradução do autor) para a manutenção do experimento republicano logrado através de uma guerra apoiada popularmente por parte de partidários de Polk. A oposição, por outro lado, considerou a guerra “ilegal, injusta e condenável” (HERRING, 2008, p. 203, tradução do autor). Abolicionistas acusavam-no de perpetuador da escravidão. Dessa oposição surge a

figura do jovem congressista Abrahan Lincoln. No entanto, até as eleições de 1846, com minoria no Congresso, acusar Polk era o máximo que poderiam fazer (EISENBERG, 1982).

As consequências da guerra contra o México foram extremamente satisfatórias para os Estados Unidos e calamitosas para o vizinho latino: “O México reconheceu a fronteira do Rio Grande e sede os territórios do norte da Califórnia e do Novo México. Os Estados Unidos pagariam \$ 15.000.000 [...]” (HERRING, 2008, p. 204, tradução do autor). Se por um lado o governo dos Estados Unidos sofreu forte pressão política, interna e externamente, pelo modo como conduziu a situação que culminou com a Guerra contra o México, o país adquiriu vastos e valiosíssimos territórios férteis, estendendo a fronteira agrária. Além disso, conquistou importantes regiões geoestratégicas para a segurança nacional e o aprofundamento do desenvolvimento econômico pós-Guerra Civil (PECEQUILO, 2003). Por sua vez, a incoesa república mexicana teve sua política doméstica colapsada bem como a sua economia, dificultando seriamente um desenvolvimento sustentável.

**Figura 8 – Mapa**

Territórios adquiridos no fim da Guerra contra o México (1845-1853)



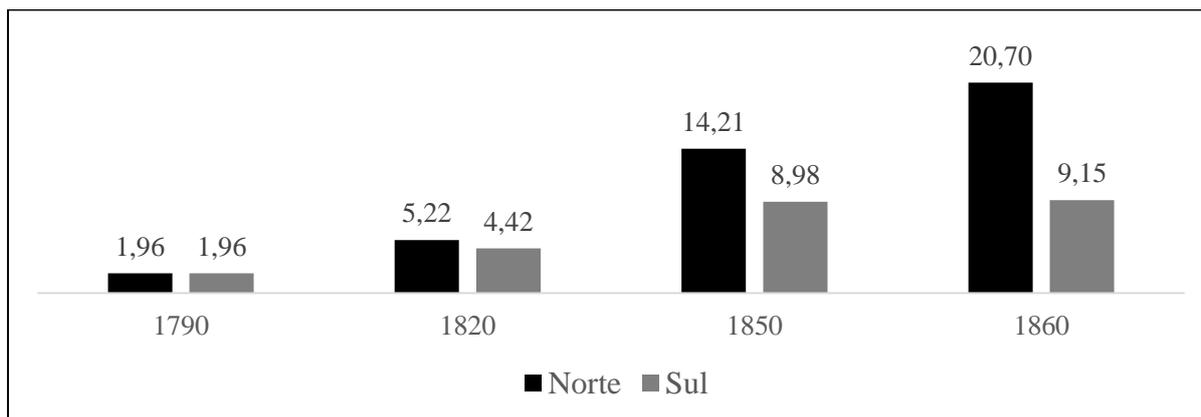
Fonte: (HERRING, 2008, p. 206)

O período de 1837-1861, interessantemente chamado de *Antebellum Era* por Herring (2008) caracterizou-se, por fim, pela contradição que o próprio sistema liberal expansionista dos Estados Unidos pregava. Esse cenário se insere em um momento de debate sobre o desenvolvimento do país: teria se esgotado a primazia agrária em detrimento da industrialização do norte?

A configuração política interna dos Estados Unidos buscava um equilíbrio entre estados escravocratas e livres. No entanto, a situação começou a demonstrar desgastes especial a partir da 1819, quando o Missouri foi admitido na União como estado escravista, com uma resolução adjunta de um congressista de Nova Iorque que informava que gradualmente o Missouri aboliria a escravidão. A reação sulista foi forte o suficiente para que a emenda fosse suprimida, ao passo que o estado de Maine era admitido no espectro nortista antiescravagista para manter o equilíbrio. Analogamente durante as décadas de 1830 e 1840 os estados do Arkansas, Flórida e Texas foram admitidos como estados escravocratas e Michigan, Iowa e Wisconsin entravam como estados livres, possibilitando a manutenção da política de concessões. Contudo, durante a década de 1850, a conjuntura doméstica impossibilitou a manutenção da barganha política entre Norte e Sul. Primeiramente, fortes pressões abolicionistas se inflavam tanto internamente quando no cenário internacional, constringendo através da opinião pública a argumentação daqueles que defendiam a manutenção do sistema escravocrata. Além disso, havia um desequilíbrio populacional bastante acentuado entre o Sul e o Norte, dificultando uma barganha para a manutenção da estrutura de equilíbrio que pode ser atingida durante a década de 1820. Quando da admissão do Missouri, as populações das duas regiões eram equivalentes. Na década de 1850, a população do Norte era sensivelmente maior <sup>2</sup>. Por fim, cabe ressaltar que os territórios admitidos a oeste - Califórnia, Oregon e Novo México - não possuíam terra favoráveis a agricultura, entrando na união como estados livres. Sem contrapartidas para contrabalancear o número de estados livres com novas admissões os sulistas abandonaram a política de concessões e a instabilidade política no país foi instaurada (EISENBERG, 1989).

---

<sup>2</sup> Vide **Tabela 1**.

**Figura 9 - Gráfico****Gráfico 1: População dos Estados Unidos por Região (em milhões)**

Fonte: Dados retirados de Einsenberg (1982, p. 54). Elaboração própria.

Pecequilo (2003) sintetiza as consequências da condução política através do ideal do Destino Manifesto:

Assim, os Estados Unidos prosseguiram na construção de seu território e na consolidação de um continente sem fronteiras, ocupado por um povo que, por sua escolha da democracia e da república tinha não somente o direito, mas também o dever de expandir seus valores e ideais. Entretanto, apesar de seu sucesso, esse processo de expansão territorial reforçou distorções internas que acabaram levando à Guerra de Secessão. (PECEQUILO, 2003, p. 60)”

#### **4.2. Guerra-civil: diplomacia do conflito e imposição do sistema capitalista (1861 – 1865)**

Com a disputa sobre a escravatura prosseguindo num crescendo cada vez mais amargo, e os partidos, contrariamente ao conselho de Washington, radicalizando suas posições, em 1861 a nação dividiu-se em dois campos de luta, a União e a Confederação. A guerra que se seguiu, uma das mais terríveis e sangrentas da história não apenas dos Estados Unidos, mas também da humanidade, atraiu a atenção de todas as partes do mundo. (MAY, 1962, p. 79)

A Guerra-Civil dos Estados Unidos está inserida em uma onda mundial de revoluções nacionais que aconteciam na segunda metade do século XIX (HOBSBAWN, 1977). No caso dos Estados Unidos essa formação identitária nacional ainda era nebulosa e a contradição latente acerca da escravidão era o cerne dessa polarização (EISENBERG, 1982). Em não admitindo a mudança no seu sistema produtivo e com a quebra do equilíbrio no Congresso, os países sulistas se confederaram. Coube à União o dever se subjugar a rebelião e impor o ideal de nacionalismo. A Guerra, portanto, serviu para “fundir nacionalismo com liberalismo, dando uma significativa moral para o nacionalismo, garantindo que o governo popular pudesse sobreviver, e renovando a esperança entre liberais de todo o mundo” (HERRING, 2008, p. 225, tradução do autor).

Nessa seção se discorrerá sobre a vital diplomacia dos beligerantes durante a Guerra Civil a fim de explicar como a identidade nacional americana influenciará nas ações de política externa após a vitória da União. Objetiva-se, portanto, apresentar a partir dessa ideia a conclusão da tese de Hobsbawn (1988) sobre o cerne da Guerra: a imposição do sistema capitalista como ideal identitário em todo o território estadunidense.

De pronto, interessa expor que a diplomacia era vital para ambos os beligerantes pois ainda estava muito vívido nos pensamentos dos seus respectivos líderes que a vitória na Revolução de 1776 só foi possível graças à aliança com a França. Imaturos na política externa, os confederados acabaram por não dar tanta atenção a diplomacia nos primeiros anos da secessão acreditando no sucesso da política do *King Cotton*. Do outro lado a União enfatizou a diplomacia para consolidar as relações com a Rússia e evitar uma intervenção europeia.

No velho mundo, Inglaterra e França, encontravam-se divididas sobre a questão e apenas agiriam conjuntamente. Simpatizantes da ideia dos Estados Unidos dividido e, portanto, enfraquecido, era importante como efeito desestabilizador da balança de poder na região, mas compelidos pelo duro e assertivo discurso de Seward, Secretário de Estado de Lincoln, optaram por manter a neutralidade enquanto fosse possível (HERRING, 2008; LANGLEY, 1989).

Ainda assim, primeira crise diplomática aconteceu logo após a secessão e quase levou a União à guerra contra a Grã-Bretanha. De modo a tentar estrangular os Confederados logo de início, Lincoln forçou um bloqueio marítimo. Nesse momento a Inglaterra anuncia a sua neutralidade, ou seja, entendendo que a situação não é um conflito interno, mas uma guerra. Em uma última instância, concedendo o *status* de beligerante para a Confederação. Erroneamente entendido pelos dois lados como um precursor do reconhecimento da independência sulista. Os britânicos ainda receberam informalmente emissários confederados

e anunciaram que França e Inglaterra agiriam em conjunto em relação à Guerra, gerando revolta por parte da União. Duras advertências foram direcionadas aos diplomatas britânicos em Washington, o que fez com a Inglaterra passou a se manter-se neutra, deixando de questionar o bloqueio e dialogar com emissários do sul. Passando a adotar um comportamento paciente e cauteloso para evitar provocações à União. A situação mudou quando um cientista expedicionário levou dois diplomatas sulistas em uma viagem à Havana. Um comandante americano tomou a embarcação e agindo em desconhecimento com o costume internacional de levar a embarcação a julgamento, apenas capturou os dois diplomatas e os levou à prisão nos Estados Unidos. Uma crise diplomática se estabeleceu. Preparados para romper relações diplomáticas, fortificaram fortes no Canadá e inclusive contavam com a França para uma eventual intervenção. No entanto, uma última chance para a diplomacia foi admitida. Os Estados Unidos se desculparam e enviaram de volta a Londres os dois diplomatas conforme demandava a Inglaterra. Lincoln entendia que uma guerra contra a Inglaterra naquele momento asseguraria a independência do Sul, analisando a conjuntura de maneira inteligente. Sem a real possibilidade de intervenção, centralizaria os esforços americanos em conter a Confederação (HERRING, 2008).

Na sequência de crise, enquanto os exércitos de ambos os lados lutavam brutalmente, os líderes da União e da Confederação buscavam vantagens na área internacional. No que tange à diplomacia, os sulistas sofriam com os seus *limites* de capacidades diplomáticas. Imputador pela pressão exercida na conquista de territórios e pelo *estigma da escravidão*, tiveram extremas dificuldades em lidar com os caribenhos e em persuadir Grã-Bretanha e França a entrar em Guerra com a União. Com diplomatas despreparados, “a política externa sulista foi pobremente concebida” (HERRING, 2008, p. 235). Acreditando cegamente na vitória não se esforçaram para formar alianças ou lograr assistência estratégica.

A principal política sulista ficou conhecida como *King Cotton*. Entendendo o poder que os estados Confederados, aproveitaram-se do bloqueio feito pelo Norte para tentar colapsar a economia europeia dependente das suas fibras. De fato, o preço aumentou consideravelmente e diversas manufaturas inglesas acabaram fechando. No entanto a ideia do Sul de usar o embargo para garantir a sua independência se mostrou ineficiente. Os britânicos culpavam mais o Sul do que a união pela escassez. Ademais, os ingleses estavam com grandes estoques de algodão e seus manufaturados -, sendo esta a real causa da quebra de diversos empreendimentos ingleses. Quando o volume de algodão começou a diminuir, o Egito e as Índias Orientais passaram a suprir a oferta. Por fim, a Inglaterra não poderia esfriar as relações com os Estados

Unidos naquele momento. A dependência dos grãos advindos da União se mostrava um condicionante mais forte que o algodão. Além disso, ricos empreendedores ingleses, por conta de pesados investimentos na infraestrutura dos Estados Unidos, pressionavam por uma boa relação entre países (EISENBERG, 1982; HERRING, 2008).

O Norte, por outro lado, desde o início se esforçou em “manter os britânicos e os franceses no caminho da cautela, por eles predispostos, em detrimento de propor atitudes mais drásticas” (HERRING, 2008, p. 237, tradução do autor). Lincoln e os republicanos que assumiram o governo postulavam uma política de manter a harmonia com a Inglaterra depois da crise diplomática de 1862. Da mesma maneira, deveriam manter “boas relações com Napoleão III e se esforçar para evitar uma intervenção francesa” (HERRING, 2008, p. 237, tradução do autor). Além disso, a União se empenhou em aprofundar as relações com a Rússia, sua aliada mais poderosa.

Os Estados Unidos também se uniram à Inglaterra para combater a escravidão, como forma de enfraquecer uma das instituições mais presentes no ideal sulista. A questão escravocrata possuía implicações gigantescas nas esferas doméstica e internacional, tendo Lincoln se oposto fervorosamente à expansão da instituição. Em última instância, os Estados Unidos desejavam manter a sua imagem e ideal de liberdade ao redor do mundo. A abolição também foi usada como ferramenta da propaganda estadunidense no Velho Continente, de modo a buscar admiração da opinião pública europeia. Ainda em 1862, como uma tentativa de elevar a moral dos Estados Unidos frente à Europa, Lincoln lança a Proclamação de Emancipação, proibindo a escravidão no território assegurado pelas forças da União (HERRING, 2008; EISEINBERG, 1982).

Os europeus, por outro lado, e especialmente depois da violência dos primeiros anos de Guerra passaram a considerar uma mediação. Com um armistício, a Europa resolveria o problema econômico causado pelo bloqueio imposto pela União, evitaria a expansão da escravidão e aceitaria dois governos separados e autônomos. A Proclamação de Emancipação, ainda que prosaica, foi entendida como um ato de desespero estadunidense, aumentando a pressão da Grã-Bretanha e da França por um cessar-fogo. Os britânicos acreditavam que o ato poderia gerar levantes de escravos no Sul, com potencial para se transformar numa guerra racial que se espalhasse por todo os Estados Unidos. A França também inflar uma crise visando à mudança do *status quo* do conflito. Utilizando o bloqueio por algodão como desculpa, Napoleão III visava a aumentar a influência francesa na América, envia tropas para o México em 1861, aproveitando a crise social que o país vivia. Em 1862, propôs uma mediação conjunta

entre Paris, Londres e Moscou seguida de um armistício de seis meses. Caso não fosse aceito pelos Estados Unidos, as potências europeias reconheceriam a Confederação. No entanto, a Rússia, ainda que quisesse o fim do conflito, não estava disposta a contrariar Washington e a Grã-Bretanha não agiria até que a independência sulista estivesse totalmente assegurada ou que o Norte demonstrasse que não havia capacidades para ganhar a Guerra. A proposta falhou (HERRING, 2008; EISENBERG, 1982)

A não-intervenção europeia na Guerra se deu por o continente viver um de seus períodos de maior instabilidade. França e Inglaterra utilizaram da cautela para lidar com a situação pois não estavam dispostas a correr os riscos do aprofundamento do sangrento conflito já estabelecido. Em 1863, quando decisivas vitórias da União decretavam que os Confederados não poderiam lograr sua independência - menos ainda mantê-la - a possibilidade de intervenção europeia se diluiu completamente. Além disso, a opinião pública dos europeus foi decisiva, tendo a escravidão como principal questão a ser levada em conta na hora de agir de modo a favorecer o Sul, inflados sobretudo após a Proclamação de Emancipação de Lincoln (HERRING, 2008).

O exército Confederado capitulou em 1865. Com o fim da Guerra, a União estava salva e a escravidão destruída. Em última instância a Guerra acabou com as contradições internas inerentes ao ideal republicano bradado desde a autonomia na política externa. Além disso, a identidade nacional dos Estados Unidos estava, por fim, definida: o país seria uma república unida com mão-de-obra livre. A Guerra civil também elevou o moral do país, ressurgindo o otimismo e a autoconfiança para que os Estados Unidos se tornassem uma potência. Em última instância, os americanos saíram da guerra com a certeza da superioridade dos seus ideais (EISENBERG, 1982; PECEQUILO, 2003).

Em 21 de Abril de 1865, Grant<sup>3</sup> secretamente saudou um Estados Unidos ‘que está agora começando a se elevar muito mais que todos os outros países, modernos ou antigos. Que espetáculo será ver um país capaz... de colocar um milhão de soldados no campo de batalho... Aquela nação, unida,’ ele acrescentou ‘terá a força que o permitirá reger todos os outros conforme a justiça e o direito’. (HERRING, 2008, p. 250, tradução do autor).

---

<sup>3</sup> Ulysses S. Grant foi um dos mais aclamados generais do exército da União durante a Guerra Civil. Tendo liderado as forças americanas contra os Confederados, Grant foi eleito o 18º presidente dos Estados Unidos em 1868. Enfatizou a sua política na reconstrução do congresso e na exclusão dos vestígios da escravidão (ESTADOS UNIDOS, 2018).

Segundo LaFeber (in PECEQUILO, 2003, p. 60), “a expansão só veio a consolidar a distância e a aprofundar as diferenças entre dois sistemas: o do trabalho livre, comercial e industrial do Norte, e o do trabalho escravo do Sul, agrícola e latifundiário”. Notadamente, a Guerra de Secessão foi o marco nos Estados Unidos de um período de consolidação do capitalismo que fomentou conflitos em todo o globo. O atrito dos dois sistemas obrigou a União, materializada nos estados capitalistas com moderna infraestrutura e capacidades, a impor o seu ideal de progresso em detrimento do Sul, cujos dogmas de desenvolvimento eram completamente defasadas (HOBSBAWN, 1988).

*Os Estados Unidos, na verdade já haviam entrado nesse estágio de modernização econômica, mas o fato era ocultado pela sua não-participação direta no jogo de poder das potências europeias e pela concentração do desenvolvimento somente em escala doméstica. O que a Guerra Civil fizera fora simplesmente liberar os contraditamentos que restavam para esse desenvolvimento permitindo a efetivação do salto industrial. (KENNEDY, 1991 apud. PECEQUILO, 2003, p. 61)*

O fim da Guerra de Secessão permitiu, portanto, que os Estados Unidos, ademais de adquirir uma identidade nacional que será refletida em uma política externa coesa, lograr a acumulação de grandes riquezas, materializada no surgimento de grandes corporações industriais. Além disso, as instituições internas favoreceram o ideal individualista dos negócios em paralelo à consolidação e aperfeiçoamento das tecnologias de comunicação e transportes, interligando todo o território continental do país (PECEQUILO, 2003). Consolidada a integridade territorial através das premissas do capitalismo moderno, os Estados Unidos puderam se inserir no sistema internacional como uma potência moderna e com amplas capacidades de projeção imperial.

#### **4.3. Conclusões Parciais:**

O período que se estende de 1837 até a deflagração da Guerra-Civil dos Estados Unidos representou o ápice da política estadunidense de anexações territoriais. Paralelamente, o período foi também a culminância do esgotamento interno da política de concessões que

garantiram a estabilidade e coesão entre os dois sistemas produtivos presentes na República: a escravidão sulista e o capitalismo nortista.

Os territórios da Califórnia, do Oregon e do Texas eram pretensões admitidas pelos políticos de Washington e a condução da política externa do país antes da Guerra de Secessão buscou à sua obtenção. Se por um lado a política de ocupação do território do Oregon por americanos somado a uma dura pressão por parte de Washington frente aos interesses britânicos na região foi o suficiente para que se chegasse a um acordo final sobre a posse do território por parte dos Estados Unidos, a situação no Texas e na Califórnia foi bastante complexa.

No que tange ao Texas, nunca houve uma estratégia conclusiva sobre como os Estados Unidos poderiam se apoderar do território até então mexicano. Compeliu-se, no entanto, grandes fluxos de fazendeiros a se estabelecerem na região. A instabilidade do México possibilitou que estes proprietários de terras texanos fundassem uma república independente que, eventualmente, seria anexada aos Estados Unidos. A conjuntura instável da república mexicana, somada às pretensões de anexar os territórios que escassamente aproveitados pelos mexicanos no Novo México e na Califórnia levaram a James Polk, através da justificativa do Destino Manifesto deflagrar uma Guerra com o México.

Intensas pressões internas e externas direcionadas ao governo americano surgiram por parte da política de anexações implementada por Polk. No cerne do descontentamento, estava a questão da escravidão enquanto *instituição* do sistema produtivo sulista. Com a impossibilidade da coesão nacional através do Congresso, o desequilíbrio obrigou os estados do Sul a se confederarem, declarando a cisão da União. A Guerra Civil que se estabeleceu, fora, portanto, o apogeu de um sistema contraditório que admitia dois modos de produção totalmente opostos, assegurados escassamente através das instituições da república.

A impossibilidade de manter a estrutura republicana com essa contradição fez da Guerra Civil o materialismo para impor a revolução capitalista do Norte para todo o território da União. A Guerra, portanto, significou a formação de uma república coesa admitida através de um sistema capitalista moderno, com amplos territórios agricultáveis e geoestratégicos para a projeção imperial de um país com riquíssimas capacidades de inserção internacional através do comércio e da diplomacia. No período que segue a Guerra Civil – que não é objeto do presente estudo – é possível observar o amplo desenvolvimento dos empreendimentos industriais do país que garantirão a sua projeção imperial na virada do século XIX para o século XX e a sua transição para a primazia do sistema internacional ao longo do século XX.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Ao encerrar a pesquisa acerca da formação e condução da política externa dos Estados Unidos da Revolução de Independência à Guerra de Secessão, é possível assimilar uma relação de condição para a desestabilização do país que culminou com a Guerra de Secessão, corroborando com a hipótese indagada. Considera-se, para tanto, dois pontos específicos identificados na formação da política externa dos Estados Unidos e que estiveram presentes durante toda a análise.

Primeiramente, quando da instituição dos ideais revolucionários, os *pais fundadores* admitiram os conceitos de **universalismo** e **excepcionalismo** do liberalismo. Isto é, a ideia de que a revolução liberal inserida em um mundo monarquista, colonial e, portanto, monopolista seria a o instrumento de libertação do mundo da tirania inerente do sistema. Uma vez instituída a república, cabia aos Estados Unidos a sua manutenção e garantia da sua soberania frente às ameaças externa. Dessa forma, entende-se a questão de **segurança nacional** como um importante condicionante da política externa do país. Ainda que o tratado de independência tivesse sido assinado em 1783, apenas em 1795 é assinado o Tratado de San Lorenzo com a Espanha que garantia *de facto* segurança institucional das fronteiras estabelecidas em Versalhes ao fim da Guerra Revolucionária. A busca pela segurança nacional será um conceito empregado durante todo o período que analisa a presente monografia, e será amplamente utilizada como justificava na anexação dos territórios do país, especialmente em se tratando da questão das ameaças de externas, materializadas na política europeia.

A questão da segurança nacional e o seu constrangimento pela presença europeia no continente americano foi bastante presente nos principais acontecimentos das gestões de Jefferson e Madison (1801-1817). Foi nesse período que os Estados Unidos começaram uma política mais assertiva de anexação territorial, inflados pelo ideal patriótico conquistado com a Guerra de Trípoli. Preocupados com a eventual presença da França e da Inglaterra nos territórios da Louisiana – importante ponto estratégico para escoamento da produção do Sul – e das Floridas, os Estados Unidos imponentemente avançaram sua diplomacia na aquisição destes territórios, reprimindo um eventual avanço de França e Inglaterra em suas fronteiras. Em 1812, no entanto, um conflito contra a Inglaterra se estabeleceu. Se por um lado não houve ganhos com o Tratado de Paz Perpétua, assinado em 1814, as suas consequências garantiram as fronteiras do Norte do país com o Canadá. Notadamente, o Tratado garantiu segurança institucional na região de atrito mais sensível com a maior potência daquele período. Além

disso, a *não-derrota* inflou ainda mais o ideal de *excepcionalismo* dos Estados Unidos que completariam a anexação do território da Flórida subsequentemente.

Em um período de amplo desenvolvimento tecnológico e infraestrutural dos Estados Unidos, James Monroe assume a presidência dos Estados Unidos em momento chave para a condução da política externa dos Estados Unidos. No Norte, o país começa a sentir os sopros da consolidação do capital industrial, enquanto no Sul, as aspirações por territórios permanecem uma obsessão por parte dos tomadores de decisão dos Estados Unidos. Além disso, é durante esse período, na América Latina, revoluções nacionais diluem gradualmente a presença de Portugal e Espanha do continente. Neste ponto, interessa expor o paradoxo entre o *universalismo* e *excepcionalismo* do ideal estadunidense, pautado nas oportunidades de explorar a influência dos jovens estados cujas instituições liberais se assemelhavam aos dos Estados Unidos com a cautela em evitar uma contrarrevolução por parte da Europa que, em última instância, ameaçaria a segurança do país podendo constranger os interesses expansionistas assegurados através do Tratado Transcontinental de 1819.

De todo modo, a *primazia* pela liderança regional dos Estados Unidos ficou bastante clara no discurso de James Monroe que ficou conhecida como a Doutrina Monroe. Forte, eloquente e arrogante, o discurso apontava o hemisfério ocidental como uma zona de influência exclusivamente americana, e que qualquer intervenção do Velho Mundo seria entendida de maneira conflituosa por parte de Washington. Em última instância, a Doutrina Monroe expõe as duas ideias supracitadas na política estadunidense para com os europeus durante o período.

O suprasumo do *universalismo* e *excepcionalismo* dos Estados Unidos, no entanto, ficou traduzido no conceito do Destino Manifesto. A partir da assimilação de que os Estados Unidos possuíam um dever divino de impor os seus ideais frente a entidades políticas menos favorecidas, o país acabou por ser o próprio interventor na política doméstica das jovens repúblicas latinas. Notadamente, no que diz respeito à Guerra com o México. As consequências da desgastante guerra com a república vizinha, a despeito dos ganhos territoriais, foi sensível para a desestabilidade doméstica do país.

Ademais das pressões externas e internas acerca do ímpio conflito que culminou com o espólio de quase 40% do território mexicano, a aquisição de novos territórios colapsou a estrutura interna que equilibrava no âmbito do congresso os interesses industriais do Norte e escravagistas do Norte, o que, em última instância acabou com o rompimento da coesão interna e a Guerra de Secessão.

Portanto, é possível assumir que a formação da política externa dos Estados Unidos, pautada na exportação dos ideais que fundaram a república liberal e na busca pela segurança nacional, traduzida na aquisição de territórios geoestratégicos para o desenvolvimento e consolidação da influência no país na América e no mundo foram condicionantes para a Guerra de Secessão. A estrutura que moldou o país com dimensões continentais, acesso a dois mares, um mercado consumidor formidável e amplas capacidades agrárias e industriais foi também o condutor do fortalecimento de dois sistemas contraditórios que, através de uma política de concessões, permitiram-se conviver em mutualismo. No entanto, quando a conjuntura interna se mostrou desfavorável para a manutenção de um sistema produtivo escravocrata, foi-se necessário que a União, pautada nos dogmas do capitalismo impusesse o seu ideal de desenvolvimento em todo o território estadunidense. Caracterizando-se, dessa maneira, a Guerra de Secessão como ponto focal dos Estados Unidos de um movimento revolucionário que se alastrou por todo o mundo.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. 1ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

DOBSON, John. **Belligerents, Brinkmanship and Big Stick: A Historical Encyclopedia of American Diplomatic Concepts**. 1ª Ed. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2009.

EISENBERG, Peter L. **Guerra civil americana**. 3ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ESTADOS UNIDOS. FRANKLIN RIDEL. **Bibliography of the Presidents: Ulysses Grant**. 2018. Organizada por WhiteHouse.gov. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/ulysses-s-grant/> . Acesso em: 12 jun. 2018.

ESTADOS UNIDOS. Declaração de Independência (1776) apud. MAY, Ernest (Org.). **Os Grandes Debates da Política Exterior Norte-Americana**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1962, P. 15-19)

HERRING, George C. **From Collony to Super Power: U.S. Foreign Relations Since 1776**. 1ª. Ed. Nove Iorque: Oxford University Press, 2008.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789 – 1848**. 36ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era do Capital: 1848 – 1875**. 24ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências** (1991). In. PECEQUILO, Cristina S. **A política externa dos Estados Unidos**. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LANGLEY, Lester D. **America and the Americas: The United States in the Western Hemisphere.** 1ª Ed. Georgia: University of Georgia Press, 1989.

MAY, Ernest (Org.). **Os Grandes Debates da Política Exterior Norte-Americana.** Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1962.

MOREIRA, Luiz Felipe V., QUINTEROS, Marcela Cristina, REIS DA SILVA, André Luiz. **As Relações Internacionais da América Latina.** 1ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PECEQUILO, Cristina S. **A política externa dos Estados Unidos.** 3ª Ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

PIKE, Francis. **Empires at War: A Short History of Modern Asia Since World War II.** 1ª Ed. Nova Iorque: I.B. Taurus, 2010.

LESSA, Antônio C. L. **História das Relações Internacionais: A Pax Britânica e o mundo do século XIX.** 3ª. Ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão.** Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. 1ª. Ed. Bauru: EDUSC, 1999.